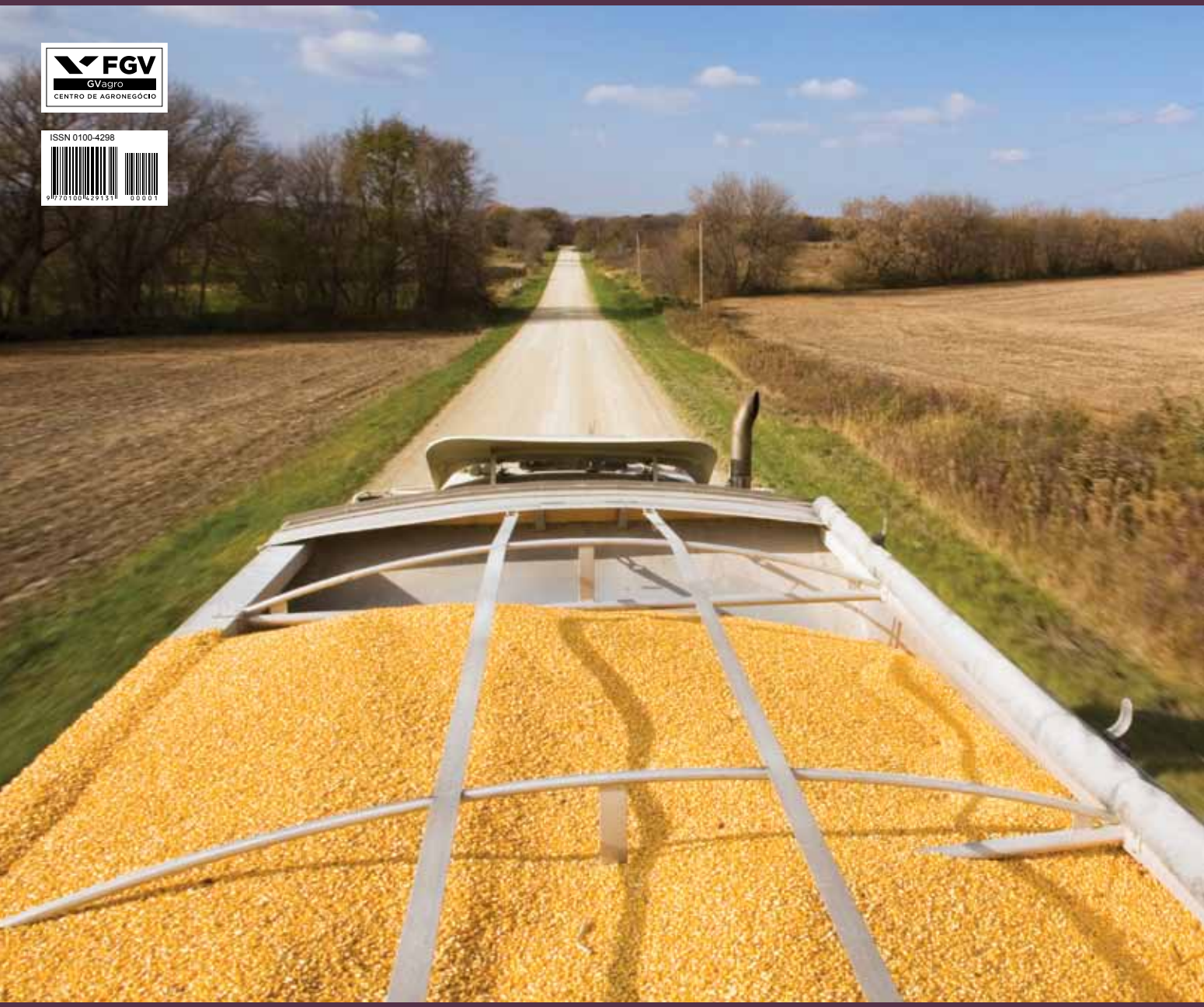
AGRO ANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 33 | Nº 01 | JANEIRO 2013 | R$ 15,00

FGV GVagro CENTRO DE AGRONEGÓCIO

ISSN 0100-4298



LOGÍSTICA

DESAFIOS PARA A SAFRA 2012/13

MEIO AMBIENTE

O BRASIL FAZ SUA LIÇÃO DE CASA

É PRECISO ACELERAR O SEGURO RURAL

A MACROECONOMIA DO AGRONEGÓCIO

O agronegócio é o seguinte

Uma boa notícia numa conjuntura pouco animadora

O TERCEIRO trimestre de 2012 terminou com resultados que não podemos comemorar: um crescimento decepcionante do PIB e um baixo nível dos investimentos na economia. Após um período de recuperação, a taxa de investimento tem registrado queda.

Aparentemente, não há novidade: somos imbatíveis em assumir compromissos grandiosos, como a realização, em nosso País, da Copa do Mundo de Futebol e das Olimpíadas. Mas, agimos com menos eficiência no momento de realizar os investimentos compatíveis com os compromissos e implantar a mudança necessária para remover os tradicionais fatores inibidores da competitividade: as mazelas da infraestrutura (entre outras, a malha rodoviária e os serviços portuários precários, a insuficiência de ferrovias), a pesada carga tributária, a valorização excessiva da nossa moeda e a ausência de um planejamento efetivo de longo prazo.

Considerada a sua modesta quota de contribuição para o desenvolvimento do agronegócio e da economia brasileira, a ***Agronalysis*** apresenta um artigo que trata do impacto, sobre o agronegócio, das principais variáveis e políticas macroeconômicas. As análises desse tipo são relativamente escassas em nosso País. A produção agrícola possui características particulares, cuja combinação não é encontrada em outros setores da economia. Assim, o artigo tenta explicar a relação entre o agro e o crescimento da renda, o desenvolvimento econômico, a política cambial, a inflação e a política fiscal.

Outro tema abordado nesta edição é a necessidade de garantia da renda do produtor. No Brasil, a política de seguro rural é uma pedra no sapato para os formuladores das políticas agrícolas e uma fonte de reclamação constante das lideranças do setor. Essa ferramenta é fundamental para uma agropecuária da dimensão brasileira. Na safra atual, a colheita dos Estados Unidos teve uma quebra de quase 120 milhões de toneladas, em decorrência da maior seca dos últimos cinquenta anos. Amparados com as indenizações do seguro, os agricultores norte-americanos tiveram a renda garantida, sem abalar a sua saúde financeira.

A seca nos EUA cria oportunidades para o Brasil. Os preços elevados influenciaram a decisão de produção do agricultor, e espera-se que sejam colhidos 81 milhões de toneladas de soja e 72,5 milhões de toneladas de milho na safra 2012/13. Confirmado esse cenário, o Brasil será o maior produtor e exportador de soja e ampliará sua importância no mercado mundial de milho. No caso das carnes, o Brasil está em uma posição relativamente favorável, pois utiliza um sistema de produção predominantemente de pastagens, que apresenta menores custos. Entretanto, além dos problemas tradicionais – falta de infraestrutura, alta carga tributária e incidência de doenças no rebanho, que prejudicam significativamente a imagem do País –, o mercado aposta no crescimento dos custos de produção do agronegócio em aproximadamente 15% na próxima safra.

O Fórum ABAG-ABIOVE tratou de um assunto de grande polêmica no momento: os desafios da logística frente à perspectiva de uma colheita recorde para a safra 2012/13. A produção de grãos na atual safra pode atingir 180 milhões de toneladas, dos quais praticamente 10% serão transportados por caminhões. A Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, que regulamenta a profissão do motorista, agrava o quadro de escassez de transportes no agronegócio. É necessário criar uma estratégia de longo prazo que respeite as diferenças regionais brasileiras. Os problemas relacionados à logística precisam ser equacionados para garantir a competitividade do País no cenário internacional.

A 18ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática, em Doha, terminou sem consenso sobre as questões mais relevantes deste debate crucial para o futuro do planeta. Para manter as aparências, no apagar das luzes, foi fechado um acordo para prorrogar o Protocolo de Kyoto para 2020. As novas tentativas de pacto global para redução das emissões ficarão para 2015, com compromissos que passarão a vigorar a partir de 2020.

Nessa área, entretanto, temos uma boa notícia. O Brasil tem obtido avanços significativos com a redução do desmatamento e da emissão de gases do efeito estufa. O País quase atingiu a meta voluntária de reduzir o desmatamento em 80%, oito anos antes do prazo estabelecido (2020), e diminuiu as emissões de gases desde 2005, enquanto o resto do mundo registrou aumento. ■

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas.
Conselho editorial: Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro
Redação
Redator: Paulo Roque
Capa: Patricia Borba Werner
Arte: Alexandre Monteiro
Revisão: Alexandre Sobreiro
Fotos: iStockphoto e Stock.xchng
Secretaria e administração: Viviane de Carvalho
Produção editorial – coordenador: Evandro Jacóia Faulin
Publicidade/Contato Comercial: Viviane de Carvalho - Tel.: (11) 3799-4104, e-mail: viviane.carvalho@fgv.br
Circulação/assinaturas: Evandro Jacóia Faulin e Viviane de Carvalho
Outros Estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569, e-mail: contato@agroanalysis.com.br
Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 1.294, 15º andar, Tel.: (11) 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569
www.fgv.br/agroanalysis

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.
Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto
Conselho Curador
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Dante Letti (Souza Cruz S.A.), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Raquel Ferreira (Publicis Brasil Comunicação Ltda.), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.), Rodrigo Valnísio Pires de Azevedo (IRB-Brasil Resseguros S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang
Suplentes: Aldo Floris (Brookfield Brasil Ltda.), José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Murilo Pinto de Oliveira Ferreira (Vale S.A.), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.), Victório Carlos de Marchi
Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca
Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Acesse o *site*
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio





Abre Aspas
6 Alexandre Mendonça de Barros

9 Macroeconomia
12 Agrodrops
14 Frases e comentários

Mercado & Negócios
15 Análise econômica
17 Logística
19 Seca Americana
21 Produção de trigo
23 Citricultura
25 OMC
26 Produção de cacau
27 Insumos agropecuários

Política Agrícola
28 Seguro rural

Agroenergia
30 PNPB e inclusão social

Negócios & Gestão
32 Clima

Sustentabilidade
33 Meio ambiente

Fórum ABAG-ABIOVE
35 Safra recorde de grãos: os desafios da logística em 2013

Especial Aprosoja Brasil
42 Milho

Especial ANDEF
43 Propriedade Intelectual

44 Diário de bordo
45 Produzir
46 Opinião

47 Serviço ao agronegócio

Mercado & Negócios



17 Logística

Sustentabilidade



33 Meio ambiente

Fórum ABAG-ABIOVE



35 Safra recorde de grãos: os desafios da logística em 2013

Alexandre Mendonça de Barros
Responsável pelo desenvolvimento do modelo técnico do Consecitrus

Falta união entre os citricultores

Por Paulo Roque

SÓCIO-CONSULTOR DA MB Agro e responsável pelo desenvolvimento do modelo técnico do Consecitrus fala com exclusividade à Agroanalysis sobre a importância e os desafios da nova entidade.

AGROANALYSIS **O Consecitrus é um grande sonho dos produtores de laranja e vem sendo discutido já há dois anos. Quais são os principais entraves à sua concretização?**

ALEXANDRE MENDONÇA DE BARROS As discussões estão em movimento, em direção à construção de um futuro melhor para a citricultura brasileira. Muito ainda tem que ser conversado, mas creio que hoje já existe uma base concreta, um modelo de parametrização de custos que permite um diálogo mais objetivo acerca do tema. Em minha opinião, a principal restrição ao avanço do modelo Consecitrus é a falta de unidade entre os representantes dos produtores. Trabalhei, alguns anos atrás, na revisão do modelo do Consecana, e, embora as discussões tenham sido acaloradas, havia uma representação institucional clara entre a indústria, representada pela UNICA, e os produtores, representados pela Orplana. Na citricultura brasileira, temos a CitrusBR como uma voz única da indústria, mas, do lado dos produtores, há grande divisão de liderança entre Sociedade Rural, FAESP, Associtrus e Alicitros. Não existe uma entidade que fale e negocie de maneira representativa pelos produtores rurais. Temos, pela frente, o desafio de discutir tecnicamente o modelo que apresentamos, e será necessário um trabalho detalhado de toda estrutura de custos de produção, critérios de remuneração dos fatores de produção, apuração dos índices de produtividade e preços, etc. Para tanto, entendo que deve existir um corpo técnico de uma única instituição de produtores que participe ativamente da construção do modelo do Consecitrus.

AGROANALYSIS **Qual a posição do Governo sobre o Concecitrus?**

AMB Apresentamos o modelo técnico que fui responsável por construir em diversas instâncias do governo federal. O trabalho foi apresentado ao Ministério da Agricultura, em duas ocasiões; aos técnicos do Ministério da Fazenda; aos profissionais da Casa Civil; e, especialmente, ao CADE, em algumas ocasiões. Meu sentimento é de que o Governo vem apoiando consistentemente o desenvolvimento do modelo do Consecitrus. O setor público já identificou o momento crítico por que passa a citricultura brasileira e que é preciso mudar o



> “... é preciso desenvolver a instituição que será a única representante legítima dos produtores”

paradigma de mercado que norteia esse importante setor. O governo federal tem apoiado por meio de políticas de financiamento de estoques, leilões de prêmios, etc. Minha percepção é de que a transparência proposta pelo Consecitrus é muito bem vista pelo setor público.

AGROANALYSIS **A cadeia produtiva da citricultura possui particularidades especiais. É possível fazer uma adaptação direta do modelo do Consecana?**

AMB Acho que os princípios gerais são muito parecidos e a estrutura lógica do modelo é quase idêntica. Entretanto, sob a ótica da produção agrícola, a estrutura tecnológica é muito mais heterogênea na cadeia da laranja do que na cadeia da cana-de-açúcar. As diferenças de produtividade entre os produtores de laranja é muito grande, e, evidentemente, isso cria a dificuldade de estabelecer qual padrão tecnológico deve ser utilizado no modelo do Consecitrus. No modelo que desenvolvemos, procuramos criar uma flexibilidade nos parâmetros, que permita simular diferentes níveis de produtividade (e tecnologia) e seus respectivos custos de produção.

AGROANALYSIS **O importante levantamento dos custos de produção e de remuneração do setor trouxe ensinamentos significativos?**

AMB Acho que a principal lição é que é preciso adotar conceitos claros e objetivos quanto à estrutura dos custos de produção. Qual a tecnologia a ser considerada? Como tratar a depreciação do capital? Como tratar a remuneração do capital? Como deve ser apropriado o arrendamento? São alguns dos elementos que compõem os custos de produção e que precisam ser claramente conceituados e explicitados.

AGROANALYSIS **Como chegar a um preço de referência que goze da confiança dos produtores e das indústrias?**

AMB A questão do preço de referência é vital ao modelo do Consecitrus. Esse é um tema complexo, pois a referência da bolsa norte-americana não pode ser tomada como totalmente representativa da formação de preços do suco de laranja. Ocorre que a maior parte do suco brasileiro vai para a Europa, e nem sempre os preços europeus andam alinhados à bolsa de Nova York. Nesse sentido, é preciso adotar critérios que contemplem os preços dos EUA e os da Europa. A proposta que trouxemos à mesa é que os preços baseiem-se em informações de vendas dos exportadores brasileiros auditadas por empresas de primeira linha. Esse sistema já é utilizado, hoje em dia, nos contratos que as empresas mantêm com diversos produtores de laranja.

AGROANALYSIS **A governança do Consecitrus é uma questão complexa, pois envolve diferentes entidades e posicionamentos. Todos terão que se sentar à mesa de negociação. Será muito difícil obter o indispensável consenso?**

AMB Esse tem sido o maior desafio do trabalho. É preciso construir a instituição do Consecitrus, e, para tanto, é preciso desenvolver a instituição que será a única representante legítima dos produtores. Quando aceitei o trabalho de desenvolver o modelo técnico do Consecitrus, sabia que iria enfrentar o desafio de atuar em uma cadeia sem o mesmo desenvolvimento institucional da cadeia de cana-de-açúcar. Entretanto, não tinha ideia do tamanho do problema que estava por enfrentar. Há grande desarticulação entre as representações dos produtores, e o embate tem prevalecido sobre o consenso. Aparentemente, há em curso um movimento de construção de uma representação única, que contará com um líder profissional que cuidará de defender os interesses dos produtores nas negociações. Esse passo parece ser vital para a constituição do Consecitrus. Espero, sinceramente, que esse movimento ganhe força.

AGROANALYSIS **A baixa nos preços, devido ao excesso de oferta e redução do consumo global de suco de laranja, deve ser vista como uma questão conjuntural ou estrutural? O Governo está ajudando no difícil ajuste?**

AMB Hoje, tenho um diagnóstico bem mais claro da cadeia de suco de laranja do que tinha um ano e meio atrás. O ponto central é que perdemos a competitividade na produção de laranja. A valorização do real na última década foi muito forte, encarecendo sobremaneira nosso suco em dólares. A mão de obra subiu de maneira agressiva, nos últimos anos. As doenças que afetam a laranja só fizeram aumentar. A consequência desses efeitos é que, hoje, a cadeia necessita de preços superiores a U$ 2.000 por tonelada de suco concentrado para remunerar os custos operacionais. Dependendo de como a conta é feita, os custos econômicos (levando em consideração a depreciação e a remuneração do capital investido) não conseguem ser cobertos nem com preços da ordem de R$ 2.200 por tonelada, que é um valor historicamente elevado. E é aí que surge o problema de mercado. O suco de laranja, hoje, é um produto de países ricos. Estados Unidos, Europa e Japão são os grandes consumidores mundiais, mas vêm reduzindo seu consumo *per capita.*

Note-se, entretanto, que há um mercado latente por acontecer, que são os países emergentes – incluso o Brasil neste grupo. É por isso que é um pecado deixar que a crise por que passa o setor citrícola brasileiro atinja um ponto que comprometa a capacidade de reagir quando esses novos mercados abrirem-se ao suco brasileiro. O aumento da renda *per capita* dos países pobres permitirá pagar preços mais altos pelo suco. Ademais, precisamos elevar a produtividade, para reduzir custos unitários e poder operar com lucro em preços mais baixos. Para tanto, a cadeia de laranja precisa de harmonia, e o Consecitrus é fundamental para trazer transparência, para alinhar os interesses de todos os agentes e para dirimir tensões históricas que em nada contribuem

para lidar com os enormes desafios da produção do suco de laranja.

AGROANALYSIS Para a próxima safra brasileira, fala-se em um excedente de 100 milhões de caixas.

AMB Esse, de fato, é um risco para a próxima safra. Estamos com estoques recordes, em consequência de dois anos de alta produção e de queda de consumo. Caso a próxima safra seja normal, haverá sobra de laranja, pois não haverá espaço físico para armazenar, nem que se queira manter através de políticas de carregamento de estoques. Só vejo um fator que pode evitar um problema de grande gravidade para a próxima safra: o clima. Na verdade, nas últimas semanas, os dados de safra da Flórida indicam uma quebra de safra nos EUA de algo não muito longe de 10%, em decorrência dos problemas de doenças que vêm espalhando-se nas lavouras norte-americanas. Além disso, existe o risco de geada para as próximas semanas. No caso brasileiro, nossos colegas que estão rodando o campo têm sinalizado que a próxima safra pode sofrer perdas significativas por consequência do clima, das doenças, do menor trato cultural e da eliminação de pomares. Alguns agrônomos especializados apontam um potencial de redução da safra não desprezível. Caso isso aconteça, o problema do excesso de produção será reduzido, mas não totalmente eliminado.

AGROANALYSIS Campanhas de consumo de suco conseguirão dar retorno em curto prazo, para minimizar essa dramática situação?

AMB No curto prazo, não poderão minimizar uma situação de desequilíbrio tão grande como essa. Não é fácil mudar hábitos alimentares em curto espaço de tempo. Entretanto, não há dúvida de que essa é a direção que o setor precisa seguir, com muita inteligência e determinação. É vital expandir o número de consumidores de suco concentrado. O Brasil pode ser um mercado relevante de suco industrializado, uma vez que o processo de urbanização estimula o consumo de alimentos prontos para consumo. Podemos ter um mercado interno que absorva mais de 40 milhões de caixas de laranja, na forma de suco pronto para beber.

AGROANALYSIS O setor ainda é viável para pequenos produtores que consigam usar tecnologia de ponta? E o papel do Fundecitrus?

AMB Pequenos produtores com alta produtividade podem sobreviver no setor, com certeza. Acredito que continuará havendo espaço para atender nichos de mercado: frutas especiais, etc. Com alta produtividade, é possível ter custos por caixa bem mais baixos.
Não há dúvida de que o produtor vai continuar a ser desafiado por doenças, e esse é um problema que o Fundecitrus deve seguir servindo como referência de pesquisa e de tecnologia, para combater os problemas sanitários que existem hoje e que surgirão no futuro. Novamente, o modelo do Consecitrus pode servir como um lócus de união da cadeia, no sentido de pensar políticas que atuem para o bem comum da cadeia de suco de laranja, e a questão sanitária deve ser parcela relevante das políticas de defesa do setor.

AGROANALYSIS Qual a produtividade mínima e o custo de produção que o produtor de laranja deve alcançar para se manter na atividade?

AMB O estudo de custo que realizamos indica que a produtividade deve direcionar-se às 1.000 caixas por hectare para que a cadeia consiga remunerar os custos operacionais e parte dos custos de depreciação e de remuneração do capital investido, considerando o preço do suco ao redor de U$ 2.100 por tonelada. Produtividade inferior a 700 caixas por hectare mal remunera os custos operacionais ao preço citado.
Para uma produtividade de 1.000 caixas por hectare, encontramos custos operacionais desembolsáveis (custo caixa) entre R$ 8 e R$ 9 por caixa. Nos pomares da indústria, encontramos custo operacional por caixa da ordem de R$ 7,30. Dependendo de como for computada a remuneração da terra, a depreciação do pomar e dos equipamentos, o juro sobre o capital, qual produtividade for considerada, etc., esses custos vão para o patamar de R$ 10,50 a R$ 13 por caixa. A cadeia, hoje, tem dificuldade de remunerar esse custo econômico total. ■



“... sabia que iria enfrentar o desafio de atuar em uma cadeia sem o mesmo desenvolvimento institucional da cadeia de cana-de-açúcar”

Macroeconomia

Desafio Brasileiro

Rogério Mori*

O RESULTADO do PIB brasileiro do terceiro trimestre trouxe uma decepção, acompanhada pelo desapontamento com o nível de investimentos produtivos no País. Depois de alguns trimestres de recuperação, a taxa de investimento brasileira tem registrado queda.

Na década passada, enquanto a relação entre investimentos e PIB ficou pouco acima de 17%, agora, gradativamente, passou a recuar para esse nível. Esse patamar se mostra insuficiente para proporcionar ao Brasil uma taxa de crescimento econômico em torno de 5%. Isso de maneira sustentável, sem a formação de gargalos na economia.

De fato, o País assumiu há alguns anos o compromisso de realizar dois dos eventos esportivos mais importantes em termos mundiais. Nesse sentido, a taxa de investimentos brasileira deveria estar situada em patamares muitos mais altos do que os atuais. Afinal, há necessidades de investimentos em vários segmentos, particularmente na infraestrutura.

Porém, a realidade dos fatos revela-se muito distinta, porque os investimentos permanecem em baixa no Brasil. Adicionalmente, o baixo crescimento nacional verificado ao longo dos últimos trimestres desanima os empresários em diferentes setores, com postergação e revisão dos projetos de investimentos.

Essas decisões também são condicionadas por outros fatores, como os elevados custos de produção, a carga tributária pesada e ao fato de o real atualmente ser uma das moedas mais fortes do planeta. No conjunto, mina-se a competitividade em relação às demais economias.

O pano de fundo desse diagnóstico, na verdade, possui contornos mais deprimentes, pois sinaliza uma ausência mais efetiva de planejamento de longo prazo em nosso País.

Entre os anos 1950 e 1970, o Brasil perseguiu o modelo desenvolvimentista. Como o Estado tinha uma função importante no desenvolvimento econômico, o País cresceu em ritmo rápido. Entre as funções do Governo, incluía-se a realização de investimentos em infraestrutura, que foram marcantes e cruciais. Naquele contexto, o setor privado não tinha capacidade de arcar com os pesados investimentos requeridos. O modelo funcionou até o início dos anos 1980, quando o descontrole da inflação e a estagnação do crescimento instauraram-se no Brasil. Somente com o Plano Real, em 1994, a inflação caiu, mas o crescimento econômico nunca mais atingiu os patamares observados nas décadas anteriores ao descontrole inflacionário.

Evidentemente, além do Estado brasileiro não ter mais condições de atuar como no passado, não se espera que isso se repita. O aumento da participação do setor privado nos investimentos em infraestrutura no País foi saudável, mas as necessidades atuais da economia brasileira são colossais.

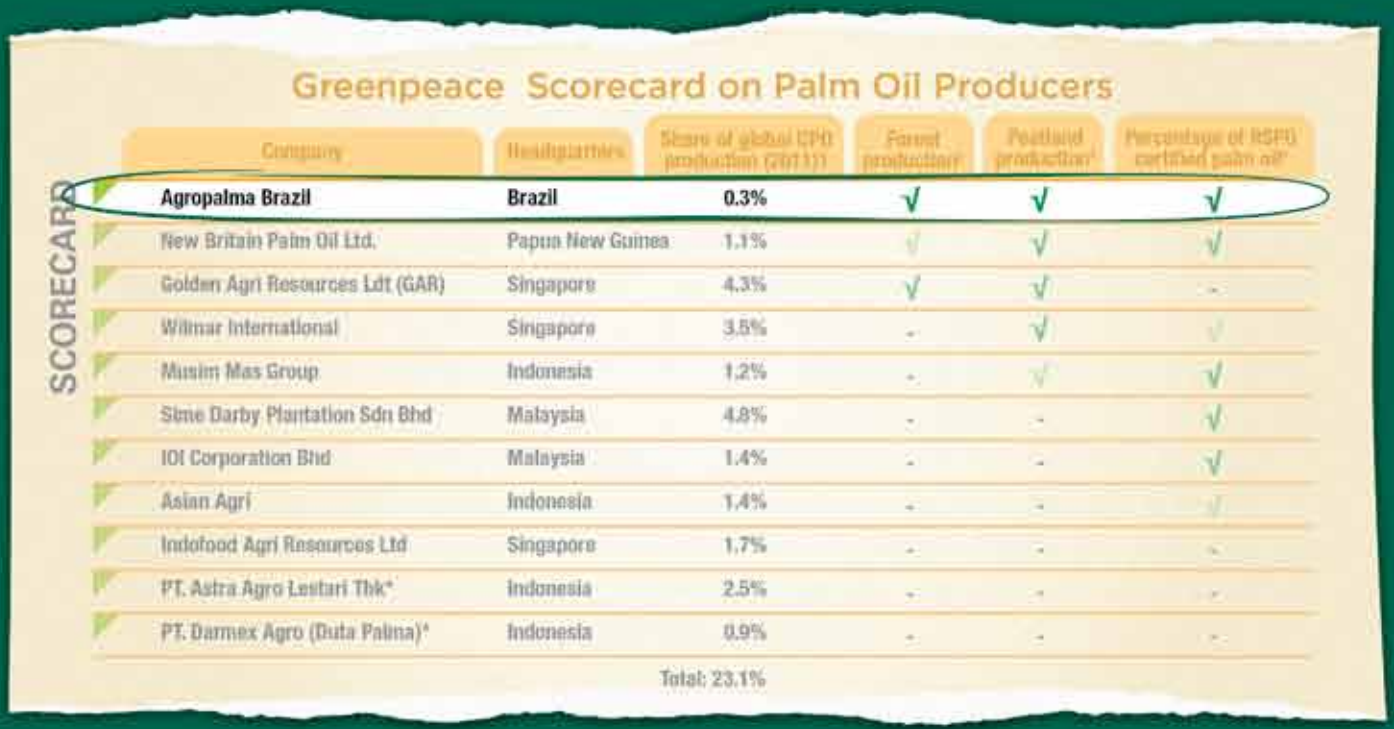
Assim, é lógica a adoção de um novo modelo. Na década de 1990, as privatizações tiveram papel importante em diminuir a participação do Estado na economia brasileira, particularmente nos segmentos em que sua atuação era claramente ineficiente. Esse processo encerrou-se na virada da década passada. Desde então, o Brasil patina na construção de um novo e definitivo modelo, que proporcione incremento nos investimentos em infraestrutura no Brasil.

Associado a isso, é necessário definir a inserção estratégica econômica brasileira no século XXI. Os países emergentes, sistematicamente, formatam com clareza sua lógica de inserção. A Coreia do Sul, por exemplo, país mais pobre do que o Brasil nos anos 1960, definiu claramente sua trajetória de desenvolvimento voltada para o setor externo, com foco em alguns setores estratégicos para aquele país.

O desafio brasileiro neste século será definir como construir esse processo, para trazer benefícios não apenas do ponto de vista da distribuição de renda, mas também de forma a ampliar o ritmo de crescimento econômico do Brasil nas próximas décadas. ■

*Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas

A Agropalma é a mais sustentável entre as maiores produtoras de palma do mundo. E não somos nós que estamos falando.



Greenpeace Scorecard on Palm Oil Producers

SCORECARD

Company	Headquarters	Share of global CPO production (2011)[1]	Forest production*	Peatland production*	Percentage of RSPO certified palm oil*
Agropalma Brazil	**Brazil**	**0.3%**	**√**	**√**	**√**
New Britain Palm Oil Ltd.	Papua New Guinea	1.1%	√	√	√
Golden Agri Resources Ldt (GAR)	Singapore	4.3%	√	√	-
Wilmar International	Singapore	3.5%	-	√	√
Musim Mas Group	Indonesia	1.2%	-	√	√
Sime Darby Plantation Sdn Bhd	Malaysia	4.8%	-	-	√
IOI Corporation Bhd	Malaysia	1.4%	-	-	√
Asian Agri	Indonesia	1.4%	-	-	√
Indofood Agri Resources Ltd	Singapore	1.7%	-	-	-
PT. Astra Agro Lestari Tbk*	Indonesia	2.5%	-	-	-
PT. Darmex Agro (Duta Palma)*	Indonesia	0.9%	-	-	-
		Total: 23.1%			

* Fonte: www.greenpeace.org/international/en/publications/Campaign-reports/Forests-Reports/Palm-Oil-Scorecard



RV MONDEL

A Agropalma foi classificada em 1º lugar entre as maiores produtoras de palma do mundo no Scorecard on Palm Oil Producers* como uma empresa que respeita a natureza.

Receber uma referência positiva em um importante ranking internacional não é para qualquer um. É o que aponta o Scorecard on Palm Oil Producers*. Ter uma empresa brasileira em 1º lugar nesse ranking mostra o nosso compromisso com a produção sustentável através de ações de responsabilidade socioambiental, técnica e econômica. Esse é o resultado do esforço permanente da Agropalma na melhoria contínua de seus processos e de seus produtos, bem como na preservação da biodiversidade e da Floresta Amazônica. Isso é bom para nossos clientes, para os nossos colaboradores e para o planeta.

Alguns dos certificados internacionais conquistados pela Agropalma:

www.agropalma.com.br

AGROPALMA
Óleos e Gorduras Vegetais

Por Paulo Roque
Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: psroque@uol.com.br

MG REGULAMENTA FUNDO ESTADUAL DO CAFÉ

Minas Gerais já conta com o Fundo Estadual de Café (Fecafé). Até o fim de 2014, o Fecafé deverá disponibilizar cerca de R$ 100 milhões, apenas com recursos do Tesouro Estadual, contribuindo para o desenvolvimento da cadeia produtiva do café. O grupo coordenador do fundo, formado por quinze representantes da sociedade civil, da Assembleia Legislativa e do governo de Minas, será instalado no início do desse ano, para definir critérios para participação no fundo, como taxa de juros e limite de crédito.

CAFÉ PARANAENSE RECEBE IGP

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) concedeu a certificação de Indicação Geográfica de Procedência (IGP) ao café especial produzido no norte pioneiro do Paraná, região que envolve quarenta e cinco municípios, com 7,5 mil cafeicultores responsáveis pela produção de até 1,3 milhão de sacas beneficiadas por ano. Até então, somente as regiões do Cerrado mineiro e da Serra da Mantiqueira, ambas em Minas Gerais, haviam recebido tal distinção.

QUEDA TAMBÉM NA PRODUÇÃO MUNDIAL DE TRIGO

O Conselho Internacional de Cereais (IGC) indica que a produção mundial de trigo, safra 2012/13, será de 654 milhões de toneladas, 41 milhões a menos do que a safra anterior, devido à seca que afetou a região do Mar Negro (Rússia, Ucrânia e Cazaquistão). Segundo o IGC, os preços do trigo subiram cerca de um terço do seu valor desde o início de 2012, graças, também, à seca que dizimou a safra de milho nos Estados Unidos, o que reduziu o abastecimento mundial de grãos.

EXPORTAÇÃO DE CARNE DE FRANGO

Levantamentos feitos pela União Brasileira de Avicultura (UBABEF) mostram que o Oriente Médio manteve-se como principal destino das exportações de carne de frango em 2012, com 1,2 milhão de toneladas embarcadas e receita de US$ 2,363 bilhões. Segunda maior compradora de carne de frango do Brasil, a Ásia importou 1 milhão de toneladas, com receita de US$ 2,1 bilhões. Já para a África, terceiro maior destino, foram exportadas 554 mil toneladas, gerando receita de US$ 753 milhões. Na quarta posição, as exportações de carne de frango para a União Europeia totalizaram 417,5 mil toneladas, com receita de US$ 1,1 bilhão. No quinto posto, os embarques para os países das Américas atingiram 196 mil toneladas e US$ 372 milhões.

APOIO PARA A IRRIGAÇÃO

Governo, parlamentares, representantes de indústria e fabricantes de equipamentos reuniram-se no Ministério da Agricultura para discutir apoio à prática da irrigação nas lavouras brasileiras, com o objetivo de baratear os custos dos investimentos. Na pauta, estão a necessidade de avanço nas medidas para alavancar o setor, o armazenamento de água, o elevado custo da energia elétrica para a execução dos projetos, além de questões ambientais, linhas de crédito mais baratas e com prazos mais longos para o produtor pagar e a ampliação das políticas públicas para ampliar a área irrigada, aumentar a produtividade e contribuir para a contenção do avanço da fronteira agrícola.

A QUEDA NA PRODUÇÃO DE SOJA CHINESA

A China está tornando-se cada vez mais dependente da importação de soja. Segundo o governo chinês, o país importou cerca de 57,5 milhões de toneladas de soja (60% da oleaginosa comercializada no mundo) e produziu 12,8 milhões de toneladas em 2012, apresentando queda na área plantada pelo terceiro ano consecutivo. A área total de cultivo de soja na China caiu 9% em 2012.

CONSÓRCIO DE MÁQUINAS CRESCE NO BRASIL


SXC.HU

Pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (ABAC) demonstra que a procura dessa modalidade de compra para máquinas agrícolas tem crescido no País. Informações obtidas junto às administradoras mostraram que 35% dos consorciados são do agronegócio. Do total de 196,5 mil participantes, registrados em setembro deste ano, quando do levantamento, aproximadamente 69 mil tinham como objetivo adquirir máquinas ou implementos agrícolas.

RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS DOS ARROZEIROS

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a renegociação das dívidas de crédito de custeio e investimento de produtores de arroz contratadas até 30 de junho de 2011. A taxa de juros será de 5,5% ao ano, com prazo de financiamento de até dez anos, em parcelas anuais. A primeira parcela deverá ser paga até maio de 2014. Também poderão ser refinanciadas as dívidas de operações de Empréstimos do Governo Federal (EGF) de arroz da safra 2009/10, já prorrogadas em 2011, e aquelas ao amparo da linha de crédito FAT Giro Rural.

CACHAÇA TERÁ MANUAL DE BOAS PRÁTICAS

Será lançado, neste ano, o manual de boas práticas da cachaça. Coordenado pelo Sebrae, com o apoio dos representantes do setor das diferentes regiões produtoras do País, o objetivo é verificar a qualidade da produção, para poder promover a maior inserção da bebida nos mercados, valorizando o produto também no exterior. Hoje, a cadeia emprega mais de 120 mil pessoas, direta e indiretamente, para a produção de cerca de 900 milhões de litros de cachaça por ano. A maior parte do que é produzido no Brasil tem como destino o mercado doméstico.

COMÉRCIO EXTERIOR DO AGRONEGÓCIO

O Ministério da Agricultura disponibilizou, em seu portal, a edição 2012 do estudo "Comércio Exterior da Agropecuária Brasileira: Principais Produtos e Mercados". A publicação foi elaborada pelo Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio (DPI) do MAPA e está disponível na íntegra. Pode ser baixada tanto na versão em inglês, quanto em português.

SAFRA DEVE SER DE 180,2 MILHÕES DE TONELADAS

O terceiro levantamento realizado pela Conab (Companhia Brasileira de Abastecimento) prevê que a safra de grãos (2012/13) será de 180,2 milhões de toneladas, 14 milhões de toneladas (8,4%) a mais do que a safra 2011/12, que foi de 166,7 milhões de toneladas. Destaque para a soja, que teve crescimento na produção de 16,4 milhões de toneladas. O milho primeira safra manteve a elevação de 607,4 mil toneladas, enquanto o feijão teve acréscimo de 66,6 mil toneladas.

VALOR DA PRODUÇÃO É DE R$ 235,7 BI

O valor da produção das lavouras é de R$ 235,7 bilhões em 2012, 3,5% superior ao de 2011. Segundo a Assessoria de Planejamento Estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a maior contribuição para o crescimento veio de cinco produtos: algodão, com aumento real de 23,7%; cebola, com 19,8%; feijão, com 13,4%; milho, com 29,8%; soja, com 19,1%; e maçã, com 4,3%. A participação desse grupo, no total, foi de 53,2%. Os resultados regionais apontam o melhor desempenho da região Centro-Oeste, com R$ 70,5 bilhões (alta de 33,5%); Norte, R$ 7,4 bilhões (+9,8%); e Nordeste, R$ 25,8 bilhões (+13,7%).

COMUNICAÇÃO É ARMA BRASILEIRA CONTRA A VACA LOUCA


SXC.HU

O Brasil aposta na comunicação para convencer os países importadores de que o País está livre da vaca louca. Graças ao anúncio feito pela OMC da ocorrência do caso "atípico" da doença – que ocorreu em dezembro de 2010, no Paraná –, China, África do Sul e Japão suspenderam compras de carne bovina brasileira. Para o secretário executivo do Ministério da Agricultura, José Carlos Vaz, estes países devem retomar as importações nos próximos meses. Até o fechamento desta edição da ***Agroanalysis***, um trabalho conjunto de comunicação entre o Executivo, o Itamaraty e o MAPA estava sendo realizado para esclarecer aos países consumidores que o Brasil não tem a doença e, assim, evitar novos embargos.

"Entender a dinâmica do uso da terra nos diferentes biomas é fundamental. Sem a compreensão de como o homem rural relaciona-se com o meio, não será possível criar um norte para a tomada de decisões."

IVAN ANDRÉ ALVAREZ, pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite

"O continente africano, em especial, gerou um resultado surpreendente, o que indica novos caminhos para a expansão dos negócios do setor avícola brasileiro."

FRANCISCO TURRA, presidente executivo da UBABEF (União Brasileira de Avicultura)

"O ano de 2013 deverá ser um dos piores em termos de logística para o agronegócio brasileiro."

RICARDO NASCIMBENI, da comissão de logística da ABIOVE, no Fórum ABIOVE-ABAG

"As indústrias de laticínios paulistas se tornaram as mais modernas do País e são, assim, competitivas e ativas na economia, a partir de incentivos que recebem do governo do estado."

JORGE RUBEZ, presidente da Leite Brasil

"Nós estamos, neste momento, com cerca de 5% a 10% da frota nacional de caminhões de transporte de cargas parados por falta de motorista."

ROGÉRIO MARTINS, diretor da Associação do Transporte Rodoviário de Carga do Brasil (ATR), durante o Fórum ABIOVE-ABAG, sobre os desafios da logística em 2013



JOSÉ MEDEIROS / EDITORA GLOBO

"O Brasil tem um clima tropical, o que faz que tenhamos mais pragas do que outros países. Apesar disso, usamos menos defensivos por hectare do que muitos países da Europa."

GLAUBER SILVEIRA, presidente da Aprosoja (Associação Brasileira dos Produtores de Soja)

"O engenheiro agrônomo e o florestal são os únicos profissionais que têm o conhecimento da dinâmica da fertilidade do solo e da fisiologia vegetal voltada à produção agrícola."

DIRSON ARTUR FREITAG, vice-presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, em audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, na Câmara dos Deputados, que debateu o Projeto de Lei 3423/12, que autoriza o biólogo a exercer a responsabilidade técnica pela produção de sementes

"Há escassez de 50 mil motoristas, uma vez que a nova lei acaba fazendo com que seja necessário mais de um profissional para a viagem."

CARLO LOVATELLI, presidente da ABIOVE (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais), referindo-se à Lei da Jornada dos Caminhoneiros, durante coletiva de imprensa de fim de ano da entidade

"É uma quebra bastante significativa. Ela vai demorar duas safras para ser corrigida."

ALEXANDRE MENDONÇA DE BARROS, membro da diretoria do Departamento do Agronegócio da Fiesp e sócio consultor da MB Agro, ao comentar os impactos para o Brasil da quebra da safra de milho nos EUA e o comportamento dos preços dos fertilizantes

Análise econômica

A macroeconomia da agricultura

Felippe Serigati*

JORNAIS E revistas de grande circulação, geralmente, contam com um número bastante razoável de seções dedicadas à análise da conjuntura macroeconômica, seja mundial, seja brasileira. Isto é, para quem gosta desse assunto, há um volume considerável de informações e de fontes pelas quais é possível se manter informado e atualizado. De forma semelhante, também é farta a quantidade de análises setoriais específicas para diversos mercados agrícolas, como o complexo soja, setor sucroalcooleiro, cadeias de grãos ou de proteína animal, etc.

Entretanto, entre todo esse material, são poucos os artigos dedicados a analisar o impacto das principais variáveis macroeconômicas (taxa de juros, inflação e taxa de câmbio) sobre o setor agrícola. Da mesma forma, não são frequentes as análises que buscam avaliar o impacto de políticas macroeconômicas (políticas fiscal, cambial, monetária e de comércio exterior) sobre o agronegócio. Uma explicação? Ao menos no Brasil, são raros os estudos e as pesquisas que buscam avaliar como o setor agrícola responde aos movimentos das políticas e das variáveis macroeconômicas, e vice-versa.

Os próximos parágrafos serão dedicados, justamente, a explicar a relação entre o setor do agro e (i) o crescimento da renda; (ii) o desenvolvimento econômico; (iii) a política cambial; (iv) a inflação; e (v) a política fiscal. A chave para entender estas relações é ter claro que a produção agrícola conta com características particulares, cuja combinação não é encontrada em qualquer outro setor econômico.

Características particulares do setor agrícola

O setor agrícola conta com características bastante particulares, dificilmente encontradas em outros setores econômicos e que condicionam a forma como o agronegócio relaciona-se com o restante da economia. Entre estas características específicas, merecem destaque:

• Os produtos tendem a ser mais homogêneos do que os produtos industriais. Com isso, é mais difícil criar algum tipo de diferenciação que possa agregar valor via algum atributo especial ou marca. Produtos orgânicos, verdes ou transgênicos podem ser considerados exceções, porém é necessário reconhecer que a diferenciação dentro de cada um desses grupos também é limitada.

• Dado que os produtos, geralmente, são mais homogêneos, que o número de produtores é grande e que não se concentram em uma única e pequena região, os mercados agrícolas tendem a ser mais competitivos do que os mercados dos demais setores da economia. Com isso, os produtores tendem a ser tomadores de preços, ou seja, possuem capacidade muito limitada para influenciar o preço final do seu produto.

• Uma vez que os mercados agrícolas tendem a ser mais competitivos, os preços agrícolas, por sua vez, tendem a ser mais flexíveis, mais voláteis. Isto é, respondem mais rapidamente a variações de oferta ou de demanda, no mercado doméstico ou em mercados estrangeiros.

• Os produtos agrícolas mais tradicionais, geralmente, contam com um mercado internacional bem desenvolvido. Ou seja, o preço no mercado doméstico sofre forte influência dos preços praticados em outros países com produção relevante.

• Os preços agrícolas tendem a ser mais voláteis também porque a produção agrícola é mais sensível a oscilações sazonais e a mudanças climáticas.

• Por fim, é importante destacar que a produção agrícola depende de um fator de produção que é praticamente irreprodutível: a terra. O estoque de terra de uma região está dado. No máximo, pode-se mudar seu uso (por exemplo, transformando pastos em cultivos) ou aumentar sua produtividade.

Crescimento da renda nacional

Quase todos os setores econômicos beneficiam-se do crescimento da renda nacional. Conforme o PIB expande e aumenta o poder de compra, a demanda fica aquecida. Todavia, esse impacto é menor para o setor agrícola, pois seus produtos, geralmente, apresentam menor elasticidade-renda da demanda. Ou seja, um aumento de 1% na renda nacional gera um aumento menor na demanda por produtos agrícolas do que por produtos industriais ou serviços. Esse fenômeno tende a ser mais intenso conforme uma nação se desenvolve. Historicamente, observa-se que o impacto do crescimento da renda nacional sobre a demanda por

produtos agrícolas é menor quanto mais desenvolvido for o país.

Desenvolvimento econômico

A sina do setor agrícola é buscar incessantemente maior eficiência. Como os produtores têm capacidade limitada para influenciar o preço do seu produto final, investir constantemente em tecnologias que reduzem os custos ou aumentam a produtividade é a principal estratégia para aumentar a margem de lucro. Uma vez que as inovações neste setor são difundidas com relativa rapidez, logo, uma fração significativa da produção será produzida com este novo pacote tecnológico, derrubando o preço praticado e eliminando o lucro excedente. Portanto, para manter uma margem de lucro razoável, o produtor tem que investir continuamente em novas tecnologias.

Como esta tecnologia tende a poupar a demanda por trabalho e a ser orientada para ganhos de escala, além de liberar mão de obra, estas inovações também têm contribuído para reduzir os termos de troca entre os preços agrícolas e os preços dos demais setores econômicos.

Mudanças tecnológicas, elevação da renda e mudança de preços relativos têm favorecido a consolidação de uma atividade agrícola mais comercial, com produtores mais especializados, que farão maior uso de insumos e equipamentos fornecidos pelos setores industriais e que dependerão mais do mercado de crédito. Enfim, conforme a agricultura desenvolve-se, mais ela se torna dependente dos demais setores econômicos. Paralelamente, sua participação no PIB nacional passa a ser cada vez menor.

Política cambial

Em alguns países, a agricultura é o setor que mais contribui para o saldo de transações correntes (o saldo das importações e exportações de bens e serviços). Nessas condições, flutuações dos preços agrícolas podem causar significativas variações no balanço de pagamentos (conta que registra a entrada e saída de divisas), afetando também a taxa de câmbio.

Por outro lado, como a taxa de câmbio é um preço macroeconômico fundamental para a agricultura, qualquer movimento que altere o seu equilíbrio exerce importante influência sobre o setor. Por exemplo: um ataque especulativo, uma maxidesvalorização, uma forte entrada de recursos via conta capital ou um choque exportador positivo de outros setores (minerais ou petróleo, por exemplo).

Inflação

O efeito de um aumento generalizado de preços na economia sobre o setor agrícola dependerá da natureza do processo inflacionário, isto é, se é uma inflação de demanda ou se é de custos. Geralmente, quando a inflação é de custos – por exemplo, petróleo ou mão de obra –, o rendimento da atividade agrícola é comprimido, por não conseguir repassar integralmente aos preços esse choque de custos, já que a concorrência no setor é muito grande, além de sofrer pressão dos preços internacionais. Por outro lado, uma inflação de demanda eleva os preços agrícolas, mesmo que isso não se reflita nos custos de produção, ampliando a margem do produtor.

Além de se diferenciar inflação de custo e de demanda, também é importante separar os efeitos de curto e de longo prazo. No curto prazo, os produtores agrícolas são impactados mais fortemente tanto por choques positivos, quanto negativos. Todavia, no longo prazo, as atividades agrícolas retornam às suas tendências originais, a não ser que tenha havido alguma mudança estrutural. Isso acontece porque, novamente, os mercados agrícolas são caracterizados por um ambiente mais competitivo.

Como os preços agrícolas são mais flexíveis do que aqueles dos demais setores econômicos, choques nestes preços contribuem mais para variação da inflação, tanto de forma negativa, quanto positiva. Porém, o preço da terra costuma ser prócíclico: quando a inflação cresce, o valor da terra também cresce, e vice-versa. A terra passar a ser uma espécie de reserva de valor.

Política fiscal

Uma política fiscal expansionista, cujo objetivo, frequentemente, é estimular a economia, geralmente tem limitado impactos sobre a agricultura, devido à baixa elasticidade-renda da demanda. Todavia, caso essa expansão fiscal provoque aumento da inflação, o setor agrícola pode obter alguns ganhos de curto prazo com o aumento dos preços dos alimentos, pois os preços agrícolas são mais flexíveis. Por outro lado, uma política fiscal mais restritiva tem a capacidade de reverter esses processos.

O setor agrícola, geralmente, é favorecido por regimes tributários diferenciados, taxas de juros subsidiadas, auxílio para armazenagem, etc., e todos estes benefícios fiscais representam uma transferência de recursos dos contribuintes para os produtores agrícolas. Ainda não há estudos que avaliem claramente se esta transferência é completamente compensada por alimentos mais baratos, uma vez que o preço desses bens é definido no mercado internacional, ou por maior segurança alimentar (estabilidade na oferta). Todavia, muitos destes benefícios são refletidos no aumento do preço da terra, cuja propriedade representa acesso a eles.

Por fim, se a sustentação de políticas específicas para o setor agrícola demandar um volume muito significativo de recursos do Governo, como no caso brasileiro nos anos 80, variações de orçamento podem afetar o desempenho do setor, e, inversamente, a flutuação de preços agrícolas pode ter impacto decisivo na política fiscal. ■

*Doutorando em economia pela FGV/EESP e pesquisador visitante da UC Berkeley (felippeserigati@gmail.com)

Logística

Sugestões para a superação de gargalos

Roberto Fray da Silva[1]
Giana de Vargas Mores[2]
Bruno Rógora Kawano[3]

O BRASIL é um dos maiores produtores e exportadores de produtos agrícolas, com exportações atingindo U$ 94,5 bilhões em 2011. A logística é fundamental na cadeia de suprimentos destes produtos, devido a motivos como:

• a perecibilidade dos produtos (que podem perder a qualidade com o passar do tempo);

• o baixo valor agregado (que dificulta a diluição dos custos fixos da logística, em comparação aos produtos de alto valor agregado);

• a necessidade de especialização de armazéns e de terminais portuários; e

• a existência de diversos elos ao longo da cadeia de suprimentos.

Este artigo busca identificar e sugerir alternativas para os principais desafios logísticos que condicionam a competitividade das cadeias de produtos agrícolas brasileiros voltados para a exportação.

A cadeia de suprimentos pode ser definida como uma rede que engloba todas as empresas e agentes envolvidos, de forma direta ou indireta, no atendimento da demanda dos consumidores de um determinado produto. Isso inclui também prestadores de serviços (transportadoras, terminais de transbordo, unidades armazenadoras, agentes aduaneiros). A pesquisa publicada no Anuário Exame revela que 76% dos respondentes consideram a infraestrutura logística do País como principal entrave ao desenvolvimento do agronegócio brasileiro.

Rastreabilidade nas cadeias de suprimentos agrícolas

A rastreabilidade agrícola consiste na construção de um sistema de informações baseado na documentação, na manutenção e na disponibilização para consulta imediata de informações relacionadas ao produto (origem, tipo de processamento

Modelagem matemática em logística: ainda pouco utilizada no Brasil

As cadeias de suprimentos de produtos agrícolas devem ser analisadas separadamente, devido às características peculiares e intrínsecas de cada produto. Uma sugestão para a classificação das cadeias de suprimentos agrícolas pode ser: por produtos transportados em sacas, em contêineres e a granel. A elaboração de soluções para cada uma das categorias melhoraria tal situação. Após essa etapa, é possível otimizar cada cadeia de suprimentos, considerando-se o produto específico. Esta metodologia ajudará o País a melhorar a eficiência de terminais portuários e o uso de modais alternativos.

A atual metodologia utilizada para a otimização das cadeias agrícolas também necessita ser melhorada, devendo-se ressaltar a cadeia como um todo. Caso isso não se efetive, certos elos da cadeia podem ser penalizados, diminuindo assim a performance da mesma em fatores competitivos, ou seja, custo, qualidade e tempo. O uso de modelagem matemática na otimização de cadeias agrícolas é recente no País. Estudos apontam que os tomadores de decisão das cadeias, em sua maioria, consideram apenas fatores qualitativos na definição de rotas e na localização de unidades produtivas e de armazenamento.

Mesmo em casos em que a técnica de otimização é utilizada, não há a ênfase na minimização dos custos ou maximização de lucros de toda a cadeia, mas sim em elos isolados. Por exemplo, o elo favorecido, no caso da carne bovina, é o dos abatedouros. No caso dos granéis sólidos (milho, soja e açúcar), o elo é representado pelas grandes multinacionais que atuam como traders no mercado internacional. No caso do suco de laranja, o elo focal é compreendido pelas indústrias produtoras de suco. Dessa forma, os outros elos, como o dos produtores rurais e o dos prestadores de serviço, podem estar sendo penalizados por uma cadeia que apresenta uma menor eficiência global.

Após realizar a classificação sugerida, as cadeias de produtos agrícolas devem ser analisadas e otimizadas por meio da utilização de softwares específicos, como o General Algebraic Modeling System (GAMS). O processo de otimização da cadeia de suprimentos deve ser contínuo, com revisões periódicas e com a validação dos dados e dos resultados obtidos. Para que essa etapa se concretize, é necessário que o Governo fomente a cooperação entre os diferentes elos das cadeias.

industrial utilizado, transporte, armazenagem). Devido à demanda dos consumidores por informação, a falta de rastreabilidade observada nas cadeias de produtos agrícolas brasileiros torna-se um problema de impacto imediato, por exemplo, para o setor de alimentos de maior valor agregado (como é o caso das carnes, das frutas e dos derivados lácteos).

Para que o País enfrente o desafio da falta de rastreabilidade de seus produtos agrícolas, são necessários estudos das cadeias produtivas completas de cada produto. Após essa etapa, melhorar a coordenação entre os diferentes elos torna-se fundamental, o que pode ser exemplificado por meio de ações governamentais, como o Fórum de Competitividade da Indústria de Carnes e as Câmaras Setoriais de diferentes cadeias agrícolas.

Depois de concluídas essas etapas, pode-se construir um modelo de sistema de rastreabilidade para cada produto, que permita a obtenção de informações com relação ao histórico e à localização dos produtos, em tempo real, por qualquer agente da cadeia. Isso atenderá uma exigência dos consumidores e resultará em maior eficiência no uso de ativos de transporte e de armazenagem, no planejamento mais adequado dos processos de produção e de distribuição e em uma menor possibilidade de ocorrência de falhas decorrentes de atividade humana.

Condições da infraestrutura atual

A dependência do modal rodoviário – que, segundo a ANUT, correspondeu a 58% da matriz de transportes do País em 2008 – é uma das principais dificuldades que o País enfrenta em termos logísticos. As ferrovias brasileiras possuem uma participação de apenas 25%, quando este número deveria corresponder a cerca de 50% da matriz.

A Pesquisa de Rodovias da Confederação Nacional do Transporte de 2010 aponta que a situação atual das rodovias brasileiras é preocupante. Das rodovias do País, que somam 90.945 quilômetros, 41,2% foram classificadas como boas ou ótimas, englobando vias com sinalização adequada, pavimentação de boa qualidade e geometria da via adequada para transportes de passageiros e de carga. A maioria das rodovias em boa qualidade localiza-se no estado de São Paulo, ressalvando-se que, dentro desta categoria, grande parte está sob concessão de pedágios, aumentando o encargo no transporte de produtos.



SXC.HU

Devido à falta de equipamentos adequados e a ineficiências operacionais, os terminais portuários não são adequados para a atual movimentação de produtos agrícolas, gerando filas e altos custos de frete para os produtos exportados. Com o aumento considerável da demanda mundial por produtos agrícolas brasileiros, a quantidade exportada tende a crescer, e, caso os problemas relacionados aos terminais portuários não sejam resolvidos, estes se tornarão fatores limitantes da produção escoada, diminuindo assim a competitividade do País no cenário internacional.

A solução proposta para superar esse gargalo é o uso de parcerias público-privadas. Esta estratégia permite que os investimentos necessários para a recuperação da malha viária atual sejam mais rapidamente captados e aplicados. Entretanto, antes da recuperação das atuais rodovias e ferrovias de maior utilização no escoamento de produtos agrícolas e da construção dos principais projetos que visam melhorar a competitividade do País neste setor, é fundamental que seja criado um programa consistente e permanente, focado na manutenção de vias e de terminais, com a participação ativa de representantes do Governo e dos diversos elos das cadeias, seguindo a metodologia de separação das cadeias em categorias.

Isso facilitaria a cooperação entre os elos das cadeias, criando um caminho para a otimização das mesmas e para a instalação de sistemas de rastreabilidade de alta qualidade. Seguindo os passos sugeridos, os autores acreditam que é possível melhorar consideravelmente a competitividade do País no que tange à exportação de produtos agrícolas, diminuindo os custos relacionados ao funcionamento das cadeias. ■

1 Engenheiro agrônomo
2 Professora titular do curso de Ciências Econômicas da Universidade Comunitária da Região de Chapecó e Editora-chefe da Revista Cadernos de Economia
3 Mestrando em Planejamento de Sistemas Energéticos pela UNICAMP

Seca Americana

Implicações para o agronegócio

Pedro Abel Vieira*
Elisio Contini*

APÓS DÉCADAS de relativa fartura, será que o mundo revive o fantasma da fome anunciado pelos neomalthusianos? Do lado da demanda, o crescimento populacional mundial e o aumento da renda, principalmente em países emergentes, pressionam por mais alimentos. A resposta da oferta é limitada por eventos climáticos desfavoráveis, como secas e inundações, por níveis reduzidos de estoques e por limitações de recursos naturais. Se o aumento da produção não acompanha o consumo, o ajuste dá-se pela elevação dos preços, fortalecidos pelos movimentos dos especuladores. O fenômeno mais recente e de maior impacto é a estiagem ocorrida durante a safra 2011/2012 nos Estados Unidos da América (EUA), que ressuscita o risco de inflação global de alimentos de 2008 e 2009.

O índice mundial de preços dos alimentos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), no segundo semestre de 2012, teve a maior alta desde novembro de 2009. No mercado interno, a alta, durante o mês de setembro de 2012, em relação à média nacional de julho de 2011, no preço do milho (+12%), da soja (+75%), do farelo (+122%) e do óleo de soja (+31%) contribuiu para os preços das carnes subirem mais de 4% entre janeiro e setembro de 2012.

Quais os impactos da seca dos Estados Unidos em termos de redução da oferta e de elevação dos preços do milho e da soja?

As perdas de produção de milho nos EUA, na safra 2012/13, pressionaram os preços, com aumento em relação aos valores médios registrados em 2011. Mesmo com as previsões de maior produção do hemisfério Sul, os estoques mundiais, em termos relativos, atingirão o nível mais baixo dos últimos cinquenta anos, ao redor de 12% do consumo estimado para o final de 2013.

Quanto à soja, o Departamento de Agricultura dos EUA também estima perdas em comparação a 2011. Ainda que com estoques esperados de 21,3% ao final de 2013, os preços elevaram-se em relação à média de 2011. Essa alta indica que outros fatores além da relação entre a oferta e a demanda contribuem para a formação do preço da soja no mercado internacional.

Uma questão a investigar é se os fundamentos do mercado (as relações entre produção, estoque e demanda) explicam a totalidade dos aumentos de preços.

O aumento da liquidez americana (emissão de US$ 40 bilhões em agosto de 2012, para recompra de títulos imobiliários) e o baixo rendimento das taxas de juros no mercado internacional (algumas negativas) devem ter contribuído para o aumento dos preços agrícolas e do volume comercializado na Bolsa de Chicago de *commodities*.

O índice de *commodities* agrícolas (milho, soja, trigo, cacau, café, açúcar, suco de laranja e algodão) apresentado passou de 290 para 360 entre março e julho de 2012. Dinâmica semelhante ocorreu com o volume de contratos negociados na Bolsa de Chicago, os quais aumentaram cerca de 30% de julho a setembro de 2012.

Implicações para o Brasil

O cenário de seca nos EUA cria oportunidades para o Brasil, um importante exportador de soja e de carnes, com perspectivas para o milho. Devido aos preços elevados, estima-se produção superior a 81 milhões de toneladas de soja, em 26,8 milhões de hectares[1]. A previsão para a produção de milho no Brasil é de 72,5 milhões de toneladas cultivados em 14,7 milhões de hectares, sendo mais da metade produzida na sua segunda safra. O Brasil tem situação privilegiada pelos estoques que dispõe: mesmo que o País exporte 12 milhões de toneladas de milho em 2012, o estoque ainda ficará na casa de 13 milhões de toneladas, o maior dos últimos dez anos.

Confirmados esses cenários, o Brasil será o maior produtor e exportador mundial de soja e inicia trajetória de ampliação

Impactos mundiais da seca americana sobre a produção e preços

Item	Unidade	Milho	Soja
Variação na produção - 2011/12*	Milhões de t	-82	-18
	%	-14	-13
Variação no consumo - 2012/13**	Milhões de t	-5	2
	%	-0,6	0,9
Preços médios em 2011	US$/t	258,44	420,05
Preços médios em julho de 2012	US$/t	332,17	622,91
Preços médios em setembro de 2012	US$/t	298,52	562,35
Relação estoque/consumo na safra 2011/12		14,1	25,6
Relação estoque/consumo na safra 2012/13***		12,9	21,3

* Incluídas as safras em final de colheita do hemisfério Norte e não as projeções do hemisfério Sul; ** Projeções para 2013; *** Projeções de produção da safra 2012/13 do hemisfério Sul e de consumo para o ano de 2013.
Fontes: Bolsa de Chicago; USDA

de sua importância no mercado mundial de milho. Porém, para que essa trajetória não seja um "voo de galinha", o País precisa de rodovias, ferrovias, hidrovias e portos, questões em que o Brasil caminha com "passo de tartaruga".

No caso das carnes, a curto prazo, haverá redução inicial nos preços internacionais e aumento no custo de produção, comprimindo a margem operacional. Mas, as perspectivas também são boas para o Brasil na medida em que houver redução do custo da ração. Esse fator tende a favorecer países como o Brasil, onde os sistemas de produção são mais baratos devido à produção em sistema de pastagens. As previsões de aberturas no comércio internacional, a exemplo do ingresso da Rússia – um dos maiores importadores de carne do mundo – na Organização Mundial do Comércio, são sinalizações favoráveis para o setor.

Além do mercado internacional, o consumo brasileiro *per capita* da carne bovina, suína e de frango aumentou, respectivamente, 2%, 6% e 7% entre 2009 e 2011. Dos totais de 8,5, 3,5 e 13,1 milhões de toneladas produzidos no ano passado, 84%, 75% e 70% das carnes de bovinos, suínos e frangos, respetivamente, foram destinados ao mercado interno.

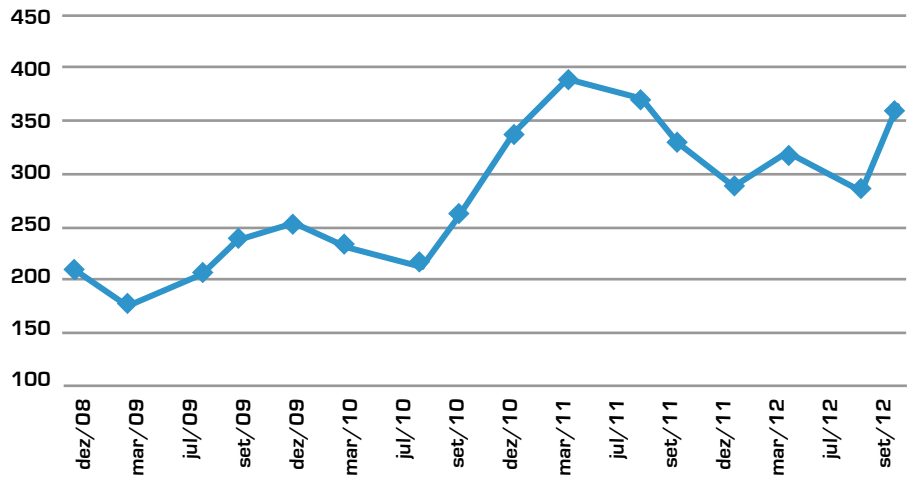
Diante desse cenário favorável, os produtores rurais, o mercado e o governo brasileiro estão esperançosos com as perspectivas da safra 2012/13. Porém, "nem tudo são flores sem espinhos". Além dos problemas tradicionais, como a falta de infraestrutura e os impostos, o mercado aposta no crescimento dos custos de produção, na média de 15% na próxima safra: nos fertilizantes, serão 25% e, na mão de obra, 8%.

Assim, para o milho e a soja, a margem operacional dos produtores apresentará pequena redução em relação à safra anterior. Portanto, as reduções nos estoques mundiais não devem causar impactos significativos nas margens brasileiras dessas *commodities*. Por outro lado, abre-se a oportunidade para o Brasil avançar no mercado internacional, consolidando-se como maior produtor mundial de soja e de carnes, além de conquistar mercados com o milho.

No comércio internacional, atenção especial deve ser dada ao "fator China", visto que o país importou do Brasil, em 2011, 21,2 milhões de toneladas de soja em grão. Medidas internas adicionais são necessárias para aumentar a competividade da agricultura brasileira, particularmente de soja e milho, como a redução do 'custo Brasil', investimentos em capacitação, pesquisa e promoção comercial.

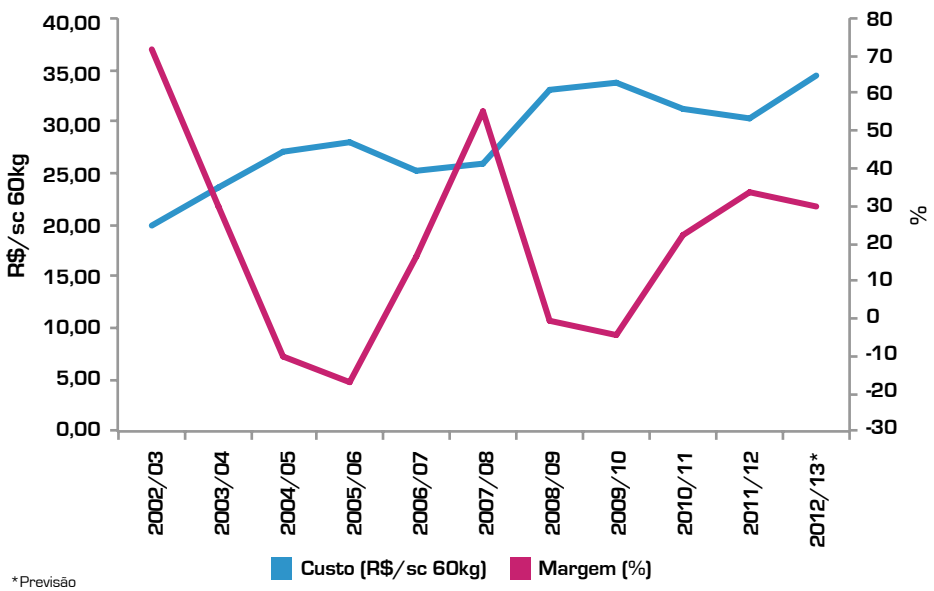
A seca nos EUA impactou fortemente o mercado mundial de soja e milho, com elevação significativa de preços. No curto prazo, abre oportunidades para o crescimento da agricultura brasileira, particularmente de soja, milho e carnes. Os agricultores brasileiros estão fazendo a sua parte ao aumentar o plantio com tecnologia. Desejamos que "São Pedro faça a sua parte"! ■

Índice de preço de *commodities* agrícolas



*Milho, soja, trigo, cacau, café, açúcar, suco de laranja e algodão
Fonte: S&P

Custos e margens operacionais médias de milho e soja



*Previsão
Fonte: Conab, 2012

*Pesquisadores da Embrapa Estudos Estratégicos e Capacitação (elisio.contini@embrapa.br, pedro.vieira@embrapa.br)
1 Estimativa do 1º Levantamento de Intenção de Plantio da Conab (outubro de 2012).

Produção de trigo

Uma escolha para o Brasil

Gilson Martins*

AS SITUAÇÕES de escolha são permanentes na vida das pessoas. Muitas vezes, ao optar por uma coisa, temos que abrir mão de outra. Isso é descrito pelos economistas como *trade off*, para indicar um "conflito" de escolha. Pode-se entender a economia como a soma dos comportamentos de todas as pessoas. Assim, a produção agrícola nada mais é do que o resultado da soma das vontades de cada agricultor. Suponha-se, então, que o Paraná seja o único grande produtor agrícola. Após a safra de verão, ele tem a opção de cultivar milho (safrinha) ou trigo (inverno), conforme o zoneamento agrícola oficial. Admitindo-se que a soma da área disponível às duas culturas não se altera muito no curto prazo, em condições climáticas ideais, o aumento no plantio de uma implica a diminuição da outra. É isso que tem sido observado nos últimos anos.

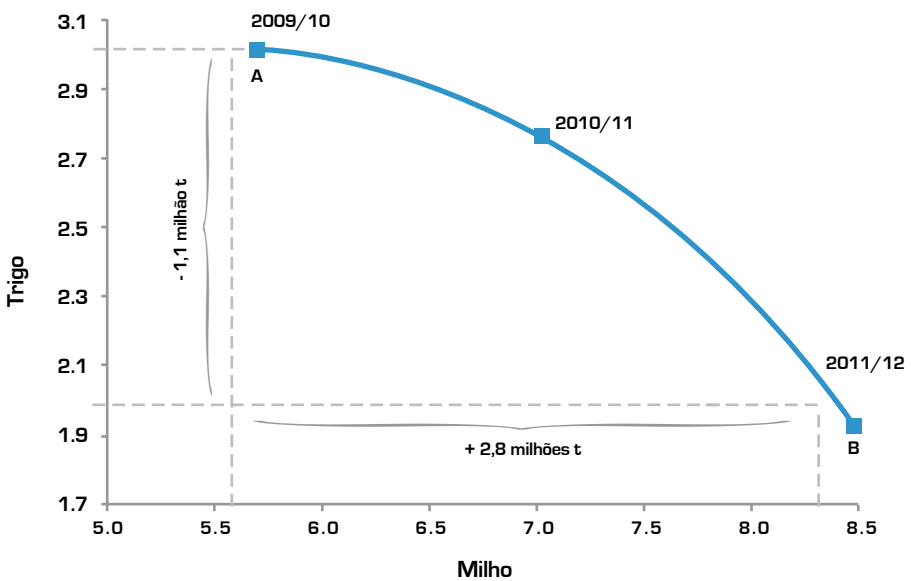
Nos últimos três anos, o Paraná viu diminuir sua área cultivada com trigo e aumentar a área com milho. Segundo a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, em 2010, a área cultivada com milho safrinha era de cerca de 1,4 milhão de hectares e passou para 2,0 milhões, em 2012. No caso do trigo, em 2010, a área colhida foi de cerca de 1,2 milhão de hectares e, em 2012, 761 mil hectares.

Mesmo que um agricultor não pegue o lápis para fazer as contas, é plausível dizer que o volume de produção por ele esperado baseia-se no histórico de sua produtividade. Assim, tomando-se, para o Paraná, uma média de produtividade para o milho safrinha dos últimos cinco anos, tem-se uma expectativa de produção de 4,2 t/ha. Para o trigo, a média seria de 2,6 t/ha. Multiplicando essa produtividade pelas áreas de plantio para cada cultura, obtém-se uma estimativa da quantidade de produção esperada. A conta não resulta nos valores realmente obtidos nas safras, já que é uma estimativa (*ex-ante*) da produção, mas permite algumas reflexões sobre as decisões de plantio.

Quanto aos volumes de produção esperados para o trigo e milho safrinha entre 2010 e 2012, a tendência é de aumento da produção de milho safrinha e diminuição de trigo. Pode ser dito que o Paraná escolheu abrir mão de uma produção esperada de 3 milhões de toneladas de trigo e de 5,7 milhões de toneladas de milho safrinha, para produzir, respectivamente, 2 e 8,5 milhões de toneladas. Em outras palavras, para produzir 2,8 milhões de toneladas a mais de milho em três anos, o Paraná estava disposto a abrir mão de 1,1 milhão de toneladas de trigo. Na verdade, o bom andamento do clima permitiu que a safrinha de milho em 2012 superasse as expectativas, atingindo mais de 10 milhões de toneladas.

Mas, nem sempre a escolha por algo exclui outras opções. Algumas vezes, a comparação entre duas ou mais opções serve para dar uma boa referência às decisões. Um fazendeiro que envia o filho por quatro anos para estudar na universidade, poderia pensar, "com o dinheiro, dá comprar uma camionete nova". Isso não significa que ele queira deixar de dar um bom estudo ao filho ou que não tenha recursos suficientes para as duas coisas. O que o exemplo indica é que o pai pensa que propiciar uma formação universitária ao filho é, pelo menos, tão vantajoso quanto comprar um carro novo. Os economistas chamam essa segunda melhor opção – no caso, a camionete – de custo de oportunidade. É uma ideia semelhan-

Produção estimada de trigo e milho no Paraná entre 2010 e 2012



Fonte: SEAB/Derel-PR

te ao *trade off*, só que, em vez de indicar o conflito na escolha de duas coisas, demonstra o quão interessante (oportuna) uma atividade é. Serve também para avaliar atividades agrícolas.

A área potencial para cultivo de trigo e milho safrinha no Paraná não está totalmente utilizada. O estado cultiva 5,6 milhões de hectares de grãos e cereais de verão. O milho de segunda safra e o trigo perfazem 3,4 milhões de hectares. Em princípio, haveria cerca de 2,3 milhões de hectares que, pelo menos em parte, poderiam ser utilizados para plantar mais milho safrinha e/ou trigo, sem que houvesse necessariamente concorrência de área pelas duas culturas. Ou seja, produzir milho ou trigo não é propriamente uma decisão do tipo "ou este, ou aquele", mas de avaliação dos custos de oportunidade e das vantagens de plantar cada cultura.

Ao olhar um gráfico que relaciona a produção de trigo e de milho de forma isolada, é possível ter a impressão de que as toneladas a mais ou a menos de trigo ou milho produzidas são somente o que se considera na decisão de plantar. Mas, não são.

No Paraná, o cultivo do trigo é parte da tradição no campo e uma alternativa para viabilizar o plantio direto. Em regiões com restrição de zoneamento agrícola para o milho safrinha, o trigo é uma das únicas opções para atividade rural no inverno. Por outro lado, os indicadores econômicos de preços e os custos de produção são importantes para a tomada de decisão de plantio dos agricultores. Um exemplo pode ser demonstrado ao observar os custos de produção e os preços recebidos, disponibilizados respectivamente pela Organização e Sindicato das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR) e pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná (SEAB-PR), dos quais se pode entender que:

1) Em agosto de 2010, o preço de mercado médio de milho no Paraná era de R$ 13,75/saca, e a estimativa de custo operacional, de R$ 15,81. Dividindo-se o preço pelo custo, tem-se um índice de 0,87, que indica que, para cada R$ 100 investidos, recebia-se de volta R$ 87. Essa relação melhorou muito nos últimos dois anos, e, em 2012, o investimento de R$ 100 possibilitou um retorno de R$ 121.

2) No caso do trigo, esses índices permaneceram desfavoráveis, sendo que, no período, o investimento de R$ 100 não permitiu retornos superiores a R$ 81.

Os custos de produção incitam, ainda, ponderações sobre vantagens comparativas. Uma das características da produção do trigo no Brasil é a necessidade de uso relativamente alto de insumos. Outros países do Mercosul têm geralmente um dispêndio mais baixo com fertilizantes e defensivos agrícolas, seja pela necessidade de menor uso de tecnologia, seja por vantagens locais na aquisição dos insumos. Portanto, a diferença nos custos de produção confere à Argentina, Paraguai e Uruguai uma vantagem comparativa em relação ao Brasil na produção do trigo.

A economia diz-nos que os países especializam-se na produção de bens e serviços nos quais apresentam maior vantagem comparativa. Essa afirmativa poderia levar à conclusão de que o Brasil deve abandonar a produção do trigo. Mas, a teoria econômica prevê também que, mesmo possuindo "desvantagens" comparativas para um determinado bem, um país tende a contribuir com o bem-estar geral. Os esforços aplicados tendem a gerar mais produção do que seria possível se este país desistisse de produzir.

Vale lembrar que o Brasil é bastante dependente da importação para o abastecimento interno do trigo. Dos 11 milhões de toneladas consumidos no País em 2011, cerca de 6 milhões tiveram que ser importados. Essa dependência externa oferece um risco ao abastecimento nacional. Este risco é particularmente alto em anos como o da safra 2011/12, com as quebras de produção de milho dos EUA de mais de 100 milhões de toneladas e de mais 30 milhões de toneladas de quebra de safra de trigo nos países do Leste Europeu. Essa situação tornou evidente a fragilidade do abastecimento mundial, inclusive no Brasil.

A economia fornece elementos para o entendimento da realidade de um país (visão positivista). Ao mesmo tempo, os indicadores econômicos dão base aos tomadores de decisões na realização de medidas necessárias para responder aos interesses locais e nacionais (visão normativa). Essa lógica é amplamente utilizada na política agrícola europeia e norte-americana para a implementação de mecanismos para garantir a produção de alimentos. Por que não para o trigo brasileiro?

O presente texto iniciou-se com a afirmação de que todos deparam-se com escolhas. Esse pensamento vale também para todos aqueles que lidam com o interesse público. Os indicadores técnicos e econômicos do trigo no Brasil apontam aspectos relevantes para decisões sobre a melhoria da competitividade da cultura. Mas, acima de tudo, o futuro do abastecimento nacional do trigo depende de ponderações equilibradas sobre o interesse público, em especial sobre o nível de risco que o País pretende assumir e a política que deve ser seguida para mitigar esses riscos. Essa é uma escolha de interesse da sociedade. ■

Indicadores da margem operacional do trigo e milho safrinha no Paraná entre 2010 e 2012

	Preço Recebido (R$/sc) (A)		Custo Operacional (R$/sc) (B)		Margem Operacional (A/B)	
	Milho Safrinha	Trigo	Milho Safrinha	Trigo	Milho Safrinha	Trigo
Agosto de 2010	13,75	23,13	15,81	33,11	0,87	0,70
Agosto de 2011	21,65	24,84	19,21	34,49	1,13	0,72
Agosto de 2012	26,60	30,40	22,05	37,69	1,21	0,81

Fontes: SEAB/Deral; OCEPAR

*Doutor em Ciências Florestais e Ambientais pela Albert-Ludwigs-Universität (Freiburg) e assessor técnico-econômico no Sindicato e Organização das Cooperativas do Paraná – Ocepar

Citricultura

Administrar o estoque

Marcos Fava Neves[1]
Vinícius Gustavo Trombin[2]

DIANTE DOS acontecimentos na produção e consumo do suco de laranja no País, com base em entrevistas com os agentes desta cadeia produtiva, coube montar uma ação propositiva para minimizar o atual quadro de crise.

O embargo norte-americano por causa dos pomares tratados com carbendazim, no primeiro semestre deste ano, impediu a entrada de praticamente todos os lotes de suco de laranja concentrado (FCOJ, equivalente a 66º Brix) do Brasil nos Estados Unidos. Com repercussão negativa na mídia, a falta de produto e seu pico histórico de preços nas gôndolas norte-americanas, o resultado foi a queda de 9% consumo no varejo, nos últimos seis meses, quando comparado ao mesmo período no ano anterior.

A queda da demanda por suco de laranja concentrado nos Estados Unidos é uma constatação que já vem de tempo mais distante.

Tudo isso inviabilizou o escoamento de 324 mil toneladas do produto nacional, correspondentes a 86 milhões de caixas de laranja de 40,8 quilos, na presente temporada.

Excesso de oferta

Com a recente recuperação dos pomares na Flórida, com produção estimada em 154 milhões de caixas na safra 2012/13 (aumento de 5% em relação à safra 2011/12 e 15% em relação às anteriores), a demanda pelo suco de laranja brasileiro no mercado norte-americano ficou praticamente nula.

A queda substancial nas exportações brasileiras de suco de laranja nas safras de 2006/07 a 2011/12, de 16,5%, teve reflexo de forma negativa para o escoamento da cadeia citrícola brasileira, em 235 mil toneladas de FCOJ, além de limitar o processamento de laranja por parte das indústrias.

EUA: demanda de suco de laranja (t)

Safra 1999/00	Safra 2010/11	Variação %
1.114.047	790.631	29,0

Fonte: CitrusBR

Neste ano, a Coreia do Sul e os Estados Unidos assinaram um acordo de livre comércio, com isenção do imposto de importação (54%) para o suco norte-americano. Isso teve efeito imediato nas exportações brasileiras para a Coreia do Sul, que não deverão passar de 12 mil toneladas. São 34 mil toneladas de FCOJ equivalente ou 9 milhões de caixas de laranja de 40,8 quilos a menos do que o Brasil exportou para a Coreia do Sul em 1995.

A expectativa é de contínua retração nas exportações brasileiras de suco de laranja na safra 2011/2012, para perto de 1 milhão de toneladas. Além da queda de consumo nos mercados internacionais e retomada da produção do parque citrícola da Flórida, assiste-se ao incentivo ao aumento de produção em regiões historicamente produtoras de frutas de mesa: Paraná, Bahia, Sergipe, Rio Grande do Sul, África do Sul, Argentina, Austrália, Coreia do Sul, Turquia, China, Espanha, Grécia e Itália.

Em função da manutenção dos novos patamares mais altos de preços de suco de laranja nos mercados internacionais, dificilmente a demanda total de frutas a ser processadas no cinturão citrícola de São Paulo e Triângulo Mineiro ultrapassará a faixa de 250 a 270 milhões de caixas nas próximas safras.

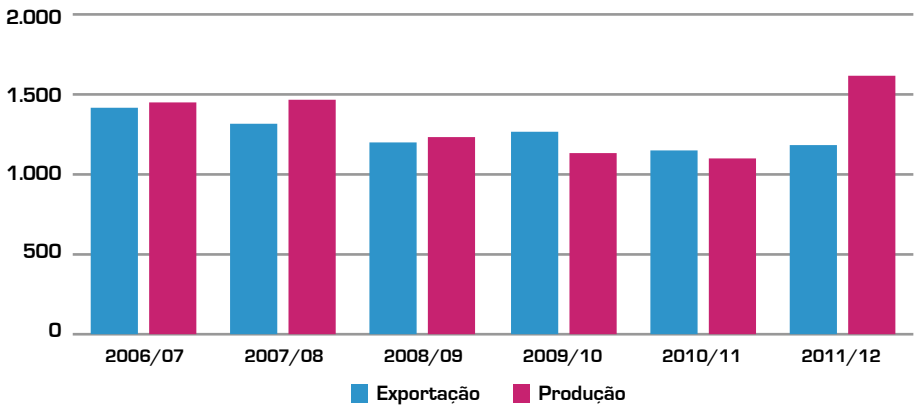
As regiões produtoras de laranja de mesa estão em seu pico de produção de FCOJ, com níveis históricos nunca antes alcançados, como no Paraná, Bahia, Sergipe, Rio Grande do Sul, África do Sul, China, Espanha, Grécia, Itália, Índia, Israel, Paquistão, Turquia e outros. A oferta de suco de laranja no mercado mundial será incrementada em mais de 200.000 toneladas.

Como as importações brasileiras de frutas e sucos dobraram nos últimos quatro anos (de US$ 326,7 milhões, em 2008, para US$ 662,6, em 2011), os obstáculos ficaram ainda maiores para o embarque das frutas e sucos produzidos no País. Os US$ 662,6 milhões (R$ 1,2 bilhões) gastos em 2011 com frutas e sucos produzidos no exterior equivalem a mais de 100 milhões de caixas de laranja de 40,8 kg.

O recorde histórico de produção de suco de laranja no Brasil na safra 2011/12, de 1.606.207 toneladas, gerou incremento de 45,8%, em comparação às 1.101.928 toneladas de FCOJ produzidas na safra anterior.

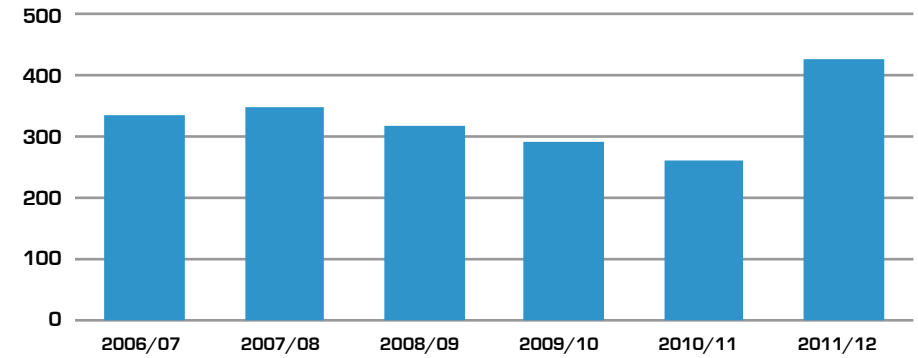
Com o suco de laranja, se assiste uma combinação de recorde histórico de produção na última safra e retração de con-

Brasil: Produção e exportação de suco de laranja (mil t)



Fonte: CitrusBR

Brasil: Esmagamento de laranja (milhões de caixas)



Fonte: CitrusBr

sumo nos mercados internacionais. Isso aumentou os estoques mundiais do suco de laranja brasileiro: de 30 de junho de 2011 a 2012, cresceu de 214.369 toneladas (equivalente a 2,0 meses de giro e a R$ 785 milhões) para 662.452 toneladas (equivalente a 7,9 meses de giro e a R$ 3,1 bilhões). Houve uma substancial necessidade de maior capital de giro por parte das indústrias processadoras de laranja.

Constatações e saídas

A Linha Especial de Crédito (LEC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), atualmente, financia R$ 280 milhões às indústrias processadoras de laranja. Este valor corresponde a apenas 9% do capital empregado para a manutenção dos estoques de passagem de suco em 30 de junho de 2012, cujo total, na data de corte de safra, correspondia a R$ 3,1 bilhões.

O quadro é de elevados estoques de suco de laranja no início da safra 2012/13 e restrita capacidade de armazenagem no Brasil (825.145 toneladas), de acordo com dados reportados pela CitrusBR ao MAPA por parte das indústrias. Do ponto de vista do volume, ficou difícil a absorção de uma parcela substancial da produção de laranja da safra atual do cinturão citrícola de São Paulo e do Triângulo Mineiro. Com muita transparência e antecedência, essas informações são veiculadas nos principais canais de comunicação e junto aos órgãos governamentais.

A alta dependência da indústria processadora de suco de laranja de um reduzido quadro de clientes envasadores (que também envasam outros produtos e arbitram suas margens de lucro) é fator adicional que dificulta o escoamento do produto nos mercados internacionais. Em 2010, os dez maiores compradores de suco de laranja no mundo representavam 57,4% do volume total negociado e os quarenta maiores compradores representavam 84,1% deste total.

No Brasil, em 2011, de um mercado total de 2,9 bilhões de litros de bebidas concorrentes, apenas 47 milhões de litros eram de suco 100%, dos quais apenas 15 milhões de litros eram de suco 100% sabor laranja. A falta de interesse das companhias envasadoras pelo desenvolvimento do consumo de suco de laranja 100% no mercado interno brasileiro decorre do mercado de refrescos e néctares oferecer margens de lucro muito mais atrativas.

Em face dessa situação, perdeu-se a oportunidade de escoar 246 mil toneladas e processar, para o mercado interno, 65 milhões de caixas de laranja do cinturão citrícola paulista e do Triângulo Mineiro.

Quando se compara os preços médios de venda do varejo em 2011, nota-se que, enquanto o litro do suco de laranja 100% é vendido, na Alemanha, a R$2,49 e, na França, a R$ 2,26, o néctar, no Brasil, com menos da metade da matéria-prima aplicada no suco 100%, é vendido a R$ 3,41. Já o litro dos néctares é vendido a R$ 1,42, na Alemanha, e a R$ 1,75, na França.

A solução para a atual crise do setor citrícola brasileiro depende, necessariamente, de uma agressiva politica público-privada de incentivo ao consumo de laranja *in natura* e de suco de laranja industrializado no mercado interno brasileiro. Os mercados consumidores internacionais encontram-se próximos à saturação. A situação de superprodução em duas safras subsequentes provocou o acúmulo de uma enorme quantidade de estoque de suco. A política de estoques reguladores (LEC) poderá evitar o escoamento para os mercados internacionais, nas próximas três ou quatro safras, com perdas nos preços de venda do suco de laranja e, consequentemente, da fruta. ■

1 Professor Titular da Faculdade de Economia e Administração FEA/USP Ribeirão Preto
2 Pesquisador Markestrat e doutorando na FEA/USP São Paulo

OMC

Medidas Sanitárias e Fitossanitárias

Guilherme Antônio da Costa Júnior*

O COMÉRCIO internacional de alimentos é tão antigo como os próprios países. Desde épocas remotas, os países trocam alimentos e outros produtos agrícolas, tais como madeira e fibra. Isso oferece claros benefícios econômicos.

A agricultura é a espinha dorsal de muitas economias, especialmente em países em desenvolvimento. A produção e a transformação de produtos agrícolas representam, para as nações de baixa renda, a saída da pobreza.

A fim de garantir a inocuidade alimentar e evitar a introdução de pragas e doenças por meio do comércio, os países estabelecem regulamentos para proteger a saúde humana e animal (medidas sanitárias) e vegetal (medidas fitossanitárias).

O acordo sobre medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS) é uma das áreas abrangidas pela Rodada Uruguai de Negociações Comerciais, que resultou na criação da OMC, em 1995, conforme o Acordo de Marrakech.

Objetivos básicos do SPS

Um dos principais é aumentar a transparência. Além de notificar qualquer medida SPS com efeito potencial de afetar o comércio internacional, os governos têm de estabelecer escritórios (chamados "serviços de informação"), para responder aos pedidos de mais informações sobre as medidas notificadas. Este aumento da transparência protege os interesses dos consumidores e parceiros comerciais, de modo a:

• reconhecer o direito soberano de membros para fornecer o nível de proteção à saúde que consideram adequados; e

• assegurar que as medidas sanitárias e fitossanitárias não se constituam em restrições desnecessárias, arbitrárias, injustificáveis do ponto de vista científico e "encobertas" ao comércio internacional.

Principais aspectos

O Artigo 2 do Acordo prevê aos membros o direito de estabelecer medidas sanitárias e fitossanitárias para alcançar o nível adequado de proteção, baseadas em princípios científicos (harmonizadas com as normativas internacionais ou baseadas em análise de riscos). Três organismos são responsáveis pela normalização internacional (as "Três Irmãs"): a Comissão do Codex Alimentarius estabelece normas, diretrizes e recomendações para medidas relativas à inocuidade alimentar; a Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) é voltada para as questões de saúde animal; e a Secretaria da Convenção Internacional de Proteção Vegetal (CIPV) estabelece medidas relativas à sanidade vegetal.

O Comitê SPS, em cooperação às "Três Irmãs", monitora o processo de harmonização, sendo que fatores econômicos também podem ser considerados nas medidas estabelecidas pelos membros, desde que relacionados a:

• os danos ou danos em potencial em termos de perda de produção ou de vendas, em caso da entrada, ocorrência ou disseminação de uma praga ou doença;

• os custos de controle ou erradicação no território do membro importador; e

• o custo-benefício de métodos alternativos para limitar os riscos.

O princípio da equivalência, previsto no acordo, reconhece a possibilidade de se ter mais de uma medida SPS, o que é igualmente eficaz para atingir o nível adequado de proteção de um país.

A existência ou a propagação de pragas e doenças, muitas vezes, depende das fronteiras geográficas e ecológicas, em vez das políticas. Por isso, se reconhece o conceito de zonas livres de pragas ou doenças, também chamadas de 'regionalização'.

O Anexo C do Acordo SPS requer procedimentos de análise e de controle utilizados pelos governos para reforçar as medidas SPS, sem, no entanto, constituírem-se em barreiras desnecessárias ao comércio. O requisito básico é que o procedimento não deve ser menos favorável aos produtos importados quando comparados aos bens domésticos e não deve ser mais restritivo do que o necessário para garantir o seu cumprimento. Isso se aplica a procedimentos administrativos, de amostragem e análises, etc.

Considerações finais

Não obstante a consistência do Acordo SPS quanto às regras para o comércio internacional de animais, plantas e seus produtos, observa-se que, na prática, há um aumento significativo de barreiras sanitárias e fitossanitárias criadas pelo mau uso das medidas SPS, no objetivo de estabelecer obstáculos ao comércio, dificultando o acesso aos mercados. Como exemplo, mencionamos as enormes dificuldades enfrentadas pelo Brasil, ao longo dos anos, no sentido de reabrir mercados que foram fechados pelos surtos de febre aftosa ocorridos em 2005. Assim, o Comitê SPS serve como fórum para se "multilateralizar" questões que perduram insolúveis nas tratativas bilaterais, prestando um auxílio significativo ao processo negociador internacional. ■

Este artigo reflete a opinião do autor e não da instituição que representa.

*Fiscal Federal Agropecuário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Adido Agrícola junto à Missão Permanente do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) em Genebra

Produção de cacau

Panorama da cultura

Giuliano Senatore[1]
Alicia Isabel Muñoz[2]

O CACAUEIRO é uma planta estimulante, de clima tropical e originária da América Central. No Brasil, o estado da Bahia é o maior produtor, seguido pelo Pará e Rondônia. Apesar de historicamente possuir representação significativa no agronegócio brasileiro, a lavoura cacaueira atravessa um momento de crise, devido, entre outros fatores, a problemas fitossanitários que afetam a qualidade e produtividade das lavouras. O País, que era exportador do produto até 1992, atualmente, é um importador líquido.

O maior produtor mundial é a Costa do Marfim, com produção estimada para a safra 2012 de 1,4 milhão de toneladas, o que corresponde a mais de 35% da produção mundial. O Brasil, apesar de possuir grande potencial para o cultivo – dada a existência de vastas regiões com clima e solos adequados –, ocupa somente a sexta posição no ranking dos países produtores.

Segundo a Organização Internacional do Cacau – ICCO, a safra mundial de 2012 tem previsão de redução de 8,1% em relação à safra anterior (passando de 4,3 para 3,9 milhões de toneladas). Deverá existir déficit mundial do produto, uma vez que a demanda projetada é de 3,94 milhões de toneladas.

Diante do cenário de redução da produção mundial, o mercado do cacau apresenta sólidos fundamentos, pois, até 2020, se projeta crescimento de 25% no consumo global, um total de 5 milhões de toneladas, o que representa um incremento na demanda por chocolate de aproximadamente 3% ao ano.



SXC.HU

A produção brasileira, que já atingiu 400 mil toneladas na década de 80, será de 150 mil toneladas na safra 2012, superando a previsão inicial de 105 mil toneladas. Seguindo a Bahia, o Pará é o segundo maior estado produtor, com 24% do total produzido no Brasil, o que corresponde a 36 mil toneladas. A safra atual também foi favorecida por índices pluviométricos adequados, o que contribui para a ascendente produção do estado. Atualmente, o foco dos produtores, empresas e instituições relacionadas do setor é a melhoria de produtividade e qualidade da produção, através da implantação de sistemas diversificados, aos moldes dos Sistemas Agroflorestais (SAF). Trata-se de tentativas de promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas e diversificar a produção do pequeno produtor.

No entanto, a cadeia produtiva do cacau no Brasil ainda está pouco estruturada. Pequenos e médios produtores têm dificuldades na comercialização da produção e necessitam de atravessadores para atingir os processadores de pasta. Essa organização produtiva, pouco eficiente, não privilegia o produtor rural, pois não fornece garantias de compra, assistência técnica e acesso ao crédito, resultando em baixo investimento das áreas produtivas e, consequentemente, baixa produtividade e qualidade.

O paralelo com outras cadeias produtivas mais eficientes pode fornecer alternativas aos constrangimentos da lavoura cacaueira. O dendê é um bom exemplo, pois ações públicas e privadas têm alavancado o setor nos últimos anos. No Pará, a delimitação das áreas aptas para plantio por meio de zoneamento ecológico-econômico, a negociação de dívidas de agricultores familiares e a criação da linha de crédito federal, o Pronaf Eco Dendê, têm possibilitado grandes investimentos privados em projetos que inserem pequenos produtores na cadeia produtiva. Incentivos fiscais governamentais também existem, como o programa do selo social do biodiesel, que traz benefícios às empresas que comercializam produção do agricultor familiar.

Algumas ações têm sido realizadas com o objetivo de fortalecer o ambiente produtivo cacaueiro. A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR aprovou o Projeto de Lei nº 3.759/12, que define renegociação de débitos de crédito rural para cacauicultores. A proposta estende o prazo de pagamento para até trinta anos, com carência de seis anos, e mantém em 3% ao ano a taxa efetiva de juros sobre as dívidas dos produtores. O projeto vale para dívidas de créditos rurais de investimento ou custeio agrícola contratados ou renegociados até 31 de dezembro de 2011 e poderá auxiliar na renovação de áreas produtivas.

Diante das oportunidades de mercado e da aptidão do Brasil para a produção de cacau, faz-se necessária a estruturação da cadeia de valor. O acesso ao crédito e garantias de venda de produção, a construção de estruturas produtivas do processo de beneficiamento da amêndoa para produtores organizados em cooperativas, a recomposição do estande com mudas de procedência garantida e o consórcio com espécies de valor econômico são opções para que o Brasil volte a ocupar posição de destaque no mercado internacional. ■

1 Coordenador de projetos da FGV Projetos
2 Consultora da FGV Projetos

Insumos agropecuários

Dependência das importações

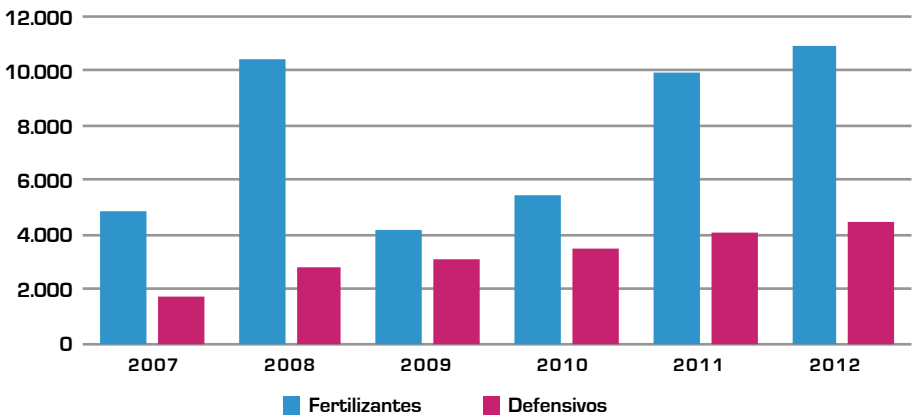
DURANTE ESTE mês, sai o resultado consolidado da balança comercial do agronegócio, certamente com a celebração de valores recordes, o que ressalta a importância estratégica do setor para a economia brasileira. Essa constatação passou a ser rotineira há muito tempo. Mas, muito cuidado com a interpretação do saldo comercial (exportação menos importação), pois os números não levam em conta as importações de insumos agropecuários.

Muito oportunamente, o Departamento do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Deagro/FIESP) acabou de elaborar um estudo sobre as importações de fertilizantes, defensivos, nutrição animal, saúde animal, máquinas, implementos e bens de capital. O trabalho abrangeu o período de 2007 a 2012 e constatou, para o período analisado, um crescimento superior a 100% das importações desses produtos. O número só não foi maior em razão da forte crise mundial de 2008, que levou a uma retração natural dos negócios nos anos seguintes. Mas, para 2011 e 2012, retomaram patamares recordes, e, de forma agregada, os números fecham 2012 próximos a US$ 19 bilhões.

Os fertilizantes lideram as importações, com 58% do total. No entanto, o programa de investimentos do setor para os próximos dez anos aumentará a participação da produção nacional no consumo deste insumo. Em relação ao crescimento percentual das importações, os defensivos foram o destaque, com um incremento superior a 140% no período. Foi um dos poucos produtos a manter o ritmo de crescimento das compras externas, a despeito da crise de 2008.

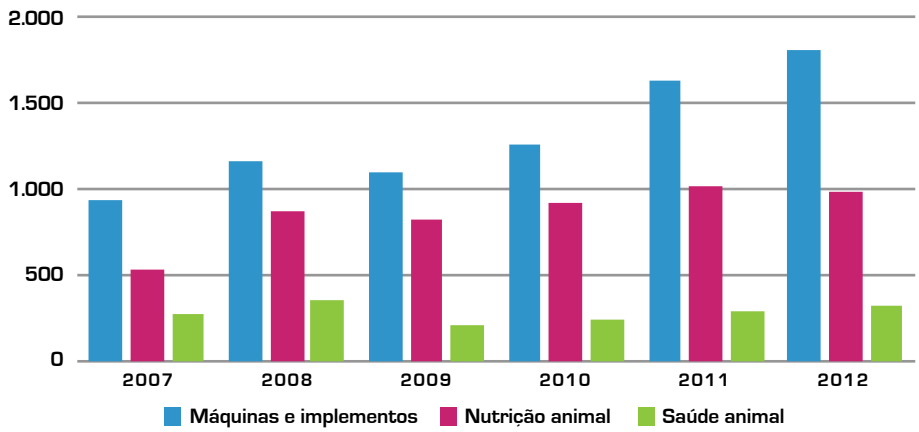
Quando se toma o Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária elaborado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a sua relação com as importações dos insumos agropecuários mostra resultados interessantes. Para 2012, a proporção das importações totais (US$ 18.593 bilhões), com VBP projetado de US$ 180 bilhões, gira em torno de 10%, o que demonstra uma participação relevante desses produtos importados. ■

Brasil: Importação nos setores de fertilizantes e defensivos (US$ bilhões)



Fonte: SECEX; Deagro/FIESP

Brasil: Importação nos setores de máquinas e implementos, nutrição animal e saúde animal (US$ milhões)



Fonte: SECEX; Deagro/FIESP

Seguro rural

Passos lerdos no Brasil

Luiz Roberto Foz*

COM O objetivo de estabelecer as diretrizes do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Agrícola (PSR), instituído pela Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, e pelo Decreto nº 5.121, de 30 de junho de 2004, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) divulgou o Plano Trienal do Seguro Rural (PTSR) para os anos de 2013 a 2015. As operações do PSR começaram em novembro de 2005, beneficiando sete culturas.

O seguro rural cobre 9% da área plantada no País. O Paraná, estado que mais usa o sistema, protege um quarto das lavouras. Em 2011, as subvenções ao seguro pagas pelo governo federal teriam somado R$ 253,5 milhões.

Para a subvenção de 2012, apesar da demanda de R$ 600 milhões, o Governo disponibilizou R$ 400 milhões, de acordo com o Plano Safra Agrícola e Pecuário 2012/13. Para 2012, estava prevista a liberação de R$ 274,2 milhões, sendo R$ 60 milhões no primeiro semestre de 2012, R$ 66,7 milhões no mês de setembro e R$ 46,5 milhões em outubro. Somente em 12 de dezembro último, o Congresso Nacional autorizou um crédito adicional de R$ 100 milhões, considerado um período tardio para as contratações.

Com a falta e o atraso nos repasses, muitos produtores foram prejudicados, pois o plantio de grãos iniciou-se em setembro, com a contratação de financiamentos e a compra de insumos realizada entre maio e setembro, época adequada para o Governo ter feito a liberação.

A situação preocupa as lideranças rurais, pois esta se repete desde a safra 2009/10. Além do atraso na liberação das verbas de subvenção, mais dois fatos dificultam o crescimento da oferta de seguro agrícola. Em primeiro lugar, o Governo atrasa o repasse da verba devida para as seguradoras, obrigando-as a pagar os sinistros e resseguros sem que tenham recebido a parte da subvenção. Outro fator de suma importância é que o volume de subvenção disponibilizado pelo governo federal é muito inferior à demanda e distribuída entre as seguradoras e não entre os agricultores. ■

Brasil: Subvenção federal para o seguro rural

Ano	Valor
2013	R$ 400 milhões
2014	R$ 459 milhões
2015	R$ 505 milhões

Fonte: MAPA

Seguro rural nos Estados Unidos

A partir dos anos 40 do século XX, os norte-americanos engendraram e amadureceram sua política de seguro rural. Essa é comprovadamente uma ferramenta eficaz contra o risco rural, apesar de pouco utilizada no mundo, inclusive no Brasil. A área assegurada pelos agricultores dos Estados Unidos está próxima de 110 milhões de hectares, mas, há trinta anos, não passava de um quinto deste número. Houve um aperfeiçoamento e aprendizado ao longo do tempo.

Como o índice de sinistralidade (relação entre o prêmio arrecadado e o valor indenizado) de uma política de seguro rural generalizada a curto e médio prazo tende a ficar abaixo de 1, ou seja, com prejuízo, os países encontram dificuldade na sua aplicação. O seu desenvolvimento é um processo longo, além de dispendioso. Mas, se não fosse o gigantesco fundo montado pelos Estados Unidos, da ordem de US$ 50 bilhões, certamente, o país não contaria com a agropecuária mais sustentável do ponto de vista financeiro do planeta.

A presente safra 2012/13 dos norte-americanos constitui um exemplo emblemático e bem atual. A quebra na colheita em razão da falta de chuva foi da ordem de 20 milhões de toneladas na soja e milho. As indenizações superam US$ 18 bilhões, segundo estatística preliminar da Agência de Administração de Risco (RMA-USDA). É o maior reembolso da história.

*Presidente da Comissão de Seguro Rural da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais (CNSeg) e do Comitê de Seguro Rural da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural

Especificação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Número de produtores	849	16.653	27.846	43.642	56.306	38.211	40.109
Subvenção (R$ milhões)	2,3	31,1	61,0	157,5	259,6	198,3	253,5
Área segurada (milhões de ha)	0,07	1,56	2,28	4,76	6,67	4,79	5,58
Capital segurado (R$ milhões)	127	2.869	2.706	7.209	9.684	6.542	7.339

Fonte: MAPA.

ORGANOMINERAL
É O FUTURO DA FERTILIZAÇÃO?

MUITO PROVÁVEL. MAS ENQUANTO ISSO, JÁ PODEMOS IR FALANDO DE

PRODUTIVIDADE E SUSTENTABILIDADE.

Não uma produtividade qualquer. Uma produtividade real. Porque o agricultor precisa de resultados expressivos, já nas safras atuais. Precisa de frutos e grãos fortes, bonitos, plantas resistentes e solo saudável. **Por isso estamos falando de Farture**, um organomineral com qualidade, pesquisa, conceito e resultado (testes em diversas regiões e culturas apontam **ganhos médios de 16,5% na produtividade**). A presença de matéria orgânica permite que o solo retenha mais umidade, tenha mais estabilidade e maior atividade biológica. Assim, estamos falando de sustentabilidade. De produzir mais e melhor nas mesmas áreas de cultivo. De aproveitamento maximizado dos nutrientes, com pouquíssima perda. E estamos falando de cuidado com a terra. Algo que, sem dúvida, está no coração do agricultor.

Farture. *Quando tecnologia, produtividade e sustentabilidade se encontram num único grão.*

www.agrariafert.com.br | 16 3690-2200

FARTURE
FERTILIZANTE DE ALTA PERFORMANCE

Agrária
FERTILIZANTES

A MARCA DA TERRA.

PNPB e inclusão social

Projetos com palma no norte do Brasil

Aldara da Silva César[1]
Marcelo Carmello Thimoteo[2]
Mário Otávio Batalha[3]

PASSADOS CINCO anos desde a implantação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), o Brasil já está entre os principais produtores mundiais de biodiesel. O programa federal estabeleceu a obrigatoriedade da adição do biodiesel ao diesel de petróleo (atualmente, em 5%) e um conjunto de políticas de incentivo à diversificação da matriz energética. O País produz 2,5 milhões de litros/ano e possui capacidade para atender o dobro dessa demanda obrigatória. Sob o ponto de vista produtivo, o Programa pode ser considerado um sucesso. No entanto, apesar do crescimento rápido do setor, a matriz de biodiesel não alcançou a diversificação de matérias-primas almejada pelo Programa e as usinas operam, em grande parte, com o óleo de soja. Para agravar o cenário, sob a ótica social, a inclusão de agricultores familiares também demonstra fragilidades.

O PNPB visa inserir, de forma sustentável, a agricultura familiar neste setor. Aliás, pode-se até dizer que a promoção de biodiesel foi inicialmente concebida como uma estratégia de desenvolvimento regional cuja prioridade era a inclusão social.

Potencial para produção de biodiesel de palma

Dessa forma, matérias-primas locais foram apontadas como prioridades, dada a necessidade de inclusão desses pequenos agricultures como fornecedores dessa cadeia produtiva. Entre elas, a palma (também conhecida como dendezeiro) foi tida como cultura ideal para a inclusão social no Norte do País. Esta região possui condições favoráveis para o desenvolvimento da cultura, tais como a precipitação elevada e de distribuição uniforme e níveis constantes de insolação. A cultura permite, ainda, a recuperação de terras desmatadas e degradadas na Amazônia – região assolada pela violência rural e sempre posta no centro das discussões ambientalistas.

O dendezeiro possibilita a inclusão social por conta da sua alta empregabilidade (um emprego direto é gerado a cada 10 hectares do cultivo), implicando ganhos como: geração de renda para o agricultor, melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, fixação do homem no campo e ampliação do comércio local.

No entanto, os trabalhos com a cultura crescem de forma mais lenta, em decorrência dos altos investimentos necessários, uma vez que, na maioria dos casos, os plantios estão integrados ao processamento dos cachos. Adicionalmente, o tempo de maturação do investimento é alto, devido ao longo tempo entre a germinação de sementes e o início da primeira colheita. Há, ainda, limitações de ordem burocrática (como aquisições de sementes e problemas de propriedade fundiária) e de infraestrutura (como estradas e escolas), que dificultam o planejamento das empresas, pois estas acabam ficando responsáveis por "serviços" que deveriam ser disponibilizados pelo Estado.

Dessa forma, é patente que, no âmbito social, o governo brasileiro encontraria dificuldades em promover o desenvolvimento regional com essa cultura. E não foi diferente do que se esperava. Os técnicos agrícolas atuantes nos arranjos sociais enfrentam condições difíceis para viabilizar as visitas às famílias contratadas, em decorrência da infraestrutura precária no interior do Pará.

Como resultado de alguns dos problemas mencionados, dos 100.371 agricultores familiares participantes do PNPB em 2010, apenas 246 localizavam-se na região Norte (0,2%). Destes, 177 agricultores são contratados como fornecedores de palma nos projetos pilotos desenvolvidos com a Agropalma.

Políticas públicas que podem alavancar a produção de biodiesel de palma

Numa iniciativa inédita, um conjunto de ações para disciplinar a expansão do cultivo de dendê no território brasileiro foi lançado em 2010. O Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo consolida importantes instrumentos legais, que delimitam as áreas aptas ao cultivo, restringem a expansão da produção apenas às áreas antropizadas (isto é, mesmo em áreas desmatadas), proíbem terminantemente a derrubada de vegetação nativa para o plantio de palma de óleo e direcionam a expansão da atividade produtiva para recuperação de áreas degradadas. É provável que os reflexos dessa política apareçam nos próximos anos, mas o lançamento do programa já evidencia o interesse do Governo em tentar garantir a expansão da produção de palma conciliando proteção e recuperação do meio ambiente, investimento, inovação tecnológica e geração de renda na agricultura familiar. Esse programa refle-

A inclusão social via PNPB na Amazônia: o caso da Agropalma

Os arranjos sociais com palma merecem destaque. O modelo desenvolvido pela Agropalma* – em parceria com órgãos públicos – junto à agricultura familiar no Pará é tido como referência por representantes do setor e pode ajudar a inclusão social proposta pelo programa.

De forma geral, há consenso de que o dendê proporcionou um aumento significativo de renda para os agricultores familiares envolvidos. Antes do projeto, os agricultores viviam com uma renda mensal que variava de R$ 50,00 a R$ 100,00. O aumento da renda mensal dos agricultores familiares inseridos nos projetos com dendê alcançou R$1.500,00, o que imediatamente resultou em uma dinâmica na economia local, possibilitando às famílias oferecer melhor educação aos filhos, melhoria para as suas casas, aquisição de novas terras, investimento na diversificação das atividades da propriedade, aquisição de produtos destinados a lazer etc. No entanto, no caso do dendê, outra dificuldade verificada é o fato de o agricultor paraense – que convive tradicionalmente com atividades extrativistas (como colheita de açaí, pesca etc.) – ser inserido em uma atividade trabalhosa como a da palma. Esta cultura necessita de cuidados praticamente diários e exige uma disciplina rígida no trato das altas exigências de manejo do cultivo.

Apesar de poucas famílias estarem atualmente envolvidas nos arranjos sociais com dendê, é oportuno enfatizar que, com o lançamento do PNPB, várias empresas estão organizando-se para começar um trabalho com agricultores familiares na região Norte e iniciando um processo de mapeamento destes agricultores para a possibilidade de efetivação desses arranjos. Segundo representantes do MDA, cerca de 4.000 estabelecimentos de agricultores familiares já estão mapeados em cinco municípios do Pará (Mocajuba, Moju, Igarapé-Miri, Baião e Cametá) e um em Roraima (Caroebe). Dessa forma, há potencial para que o número de famílias seja ampliado para 1.000, em um curto prazo de tempo.

**empresa 100% nacional que produz e comercializa, no mercado nacional e internacional, óleo vegetal e derivados*

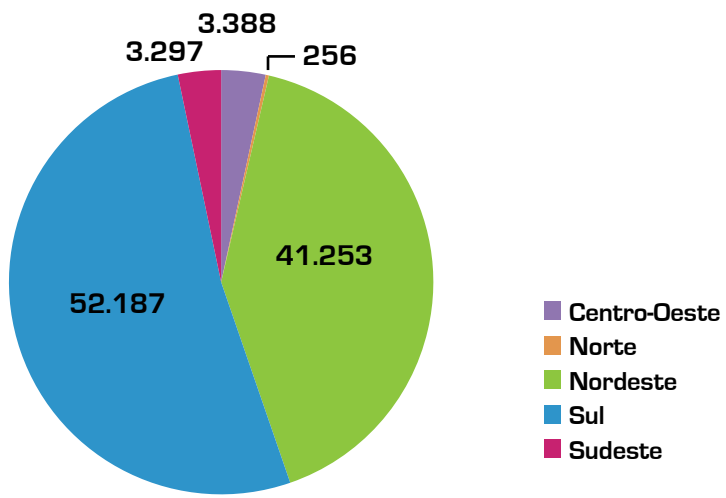
te o comprometimento do Governo, que disponibilizará cerca de R$ 60 milhões para estudos relacionados a essa cultura nos próximos cinco anos.

Para a Agropalma, o mercado de biodiesel ainda é avaliado como marginal. É provável que as empresas de biodiesel entrantes nesse setor enfrentem também muitas dificuldades, já que, na prática, o custo de implantação de projetos com agricultores familiares é mais elevado em áreas carentes, de difícil acesso e, sobretudo, em regiões nas quais não há tradição em cooperativismo e produção em larga escala – caso das principais regiões que cultivam o dendê.

Deve-se sublinhar também que esses projetos de inclusão produtiva de agricultores familiares são, na maioria das vezes, desenvolvidos em comunidades com fortes demandas sociais. No caso da Agropalma, a empresa fornece não somente mudas, orientação técnica, suporte ao financiamento, inspeções sanitárias e garantia de compra de toda a produção agrícola do pequeno agricultor, mas também oferece assistência social aos contratados (como educação, assistência médica etc.). Isso demonstra que desenvolver algum trabalho de inclusão social requer um esforço maior para uma mudança cultural nestas comunidades.

Embora o setor de biodiesel seja menos rentável, neste momento, do que o mercado de alimentos para o qual o óleo de palma é destinado em sua maior parte, convém ressaltar que desenvolver a cadeia de biodiesel também simplificaria os problemas de abastecimento de combustíveis em muitas localidades isoladas do Norte. A utilização do dendê parece ser uma possibilidade que permitiria tanto desenvolver uma cadeia baseada nesta matéria-prima, quanto proporcionar a inclusão de forma representativa de produtores familiares e ribeirinhos do Norte do País. ■

Número de famílias incluídas no PNPB por região em 2010



Fonte: Brasil (2010)

1 Professora do Departamento de Engenharia de Agronegócios da UFF/ Volta Redonda (RJ); coordenadora do Grupo de Análise de Sistemas Agroindustriais – aldaracesar@id.uff.br
2 Graduando em Engenharia de Produção do DEP/ UFSCar (apoio técnico)
3 Professor do Departamento de Engenharia de Produção da UFSCar/ São Carlos (SP); coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais – dmob@ufscar.br

Clima

Impacto sobre a agricultura

Guilherme Nastari*

A PRODUÇÃO de açúcar e etanol tem como base a atividade agrícola, que fornece às usinas e destilarias para processamento as matérias-primas, a partir da cana, milho, beterraba ou outras culturas. A quantidade e a qualidade destas matérias-primas dependem do controle de variáveis complexas, desde o preparo do solo até a colheita. Entretanto, o fator fundamental nessa equação é o clima, que determina temperatura, ventos, regularidade e intensidade de chuvas, dentre outros fenômenos essenciais para o bom desenvolvimento dos campos. Ao longo de 2012, irregularidades climáticas afetaram negativamente a produção de açúcar e etanol em todo o mundo.

Os EUA tiveram quebras graves nas safras de milho e soja em decorrência da severa estiagem pela qual passou a região meio-oeste nos meses de maio a agosto. Essa irregularidade climática acabou por impulsionar o preço destas *commodities*. A produção interna de etanol encolheu diante do maior preço do grão. Isso refletiu nos preços de etanol americano e impulsionou uma forte recuperação das importações do biocombustível.

Como, desde julho, o etanol norte-americano é negociado com prêmio em relação ao valor do produto fabricado no Brasil, abriu-se uma janela de oportunidade para aquisição do etanol brasileiro. Em agosto de 2012, os EUA importaram 425,72 milhões de litros de etanol, o maior volume registrado no mês desde 2006. No acumulado de janeiro a agosto de 2012, o país importou 1,12 bilhão de litros do biocombustível, alta de 115,35% quando se compara ao mesmo período do ano passado. O Brasil forneceu 84,19% do total importado pelos EUA em 2012.

O Brasil também sofreu com intempéries durante 2012. No início da safra, o desenvolvimento de canaviais da região Centro-Sul estava atrasado devido às poucas chuvas. O Índice Relativo de Chuvas DATAGRO mediu -43,6% de precipitação, em fevereiro, e -39,1%, em março. De abril à primeira quinzena de julho, o cenário inverteu-se: o excesso de chuvas, com índices de precipitação até 410,0% acima da média histórica, possibilitou a recuperação e desenvolvimento acelerado da cana. Durante o período, o excesso de chuvas afetou negativamente a concentração de ATR na cana-de-açúcar e prejudicou o progresso das operações de colheita. Na segunda quinzena de agosto, a média dos níveis de ATR da safra 2012/13 estava significativamente abaixo da encontrada nas últimas três safras. A ausência total de precipitação, do fim de julho à metade de setembro, mudou as expectativas novamente e permitiu grande progresso nas operações de colheita.

O impacto do clima na agricultura mundial é, portanto, inequívoco, e a possibilidade de uma mudança climática estar em curso torna a questão ainda mais urgente. Tempestades, estiagem, ventos e outros fenômenos são relativamente imprevisíveis e demandam planejamento dos produtores e todos os outros elos da cadeia de valor do açúcar e etanol para mitigar riscos. Com gestão e tecnologia, é possível construir um grau de previsibilidade importante quanto à produção. É preciso estar alerta. ■

* Mestre em Agroenergia e diretor da DATAGRO

Quebra na União Europeia

Apesar do ligeiro aumento de 1,9% na área cultivada com beterraba, para 1,586 milhão de hectares, a produção de açúcar no bloco produzirá 17,55 milhões de toneladas de açúcar. A queda é de 5,3% quando se compara à última safra. Condições climáticas fora do normal afetaram a produtividade do continente. Frio excessivo e chuvas na região norte do bloco, combinados à estiagem que assolou lavouras na região sul durante o período de entressafra, provocaram quebra de 6,0% no rendimento agrícola, na França, e de 5,0%, na Alemanha.

Quando se contabiliza a produção de isoglicose e parcela da produção fora da quota não utilizada para outros fins em 2011/12, a produção total de açúcar para a safra 2012/13 deve alcançar 19,17 milhões de toneladas, redução de 1,4% em relação à temporada 2011/12.

Assim como a UE, as principais regiões produtoras de açúcar na Rússia também sofreram com a adversidade climática, como a estiagem na região central do país e chuvas acima da média no sul. Como resultado, a produção de 2012/13 poderá alcançar 4,7 milhões de toneladas de açúcar.

Caso esse cenário se materialize, a Rússia será levada a aumentar a importação de 900 mil, em 2011/12, para até 1,2 milhão de toneladas, nesta temporada. A menor produção também se deve à retração do plantio de beterraba no país, que caiu de 1,289 milhões de hectares, em 2011, para 1,150 milhão de hectares, em decorrência do aumento do preço de trigo contra o recuo do valor do açúcar.

Meio ambiente

Brasil avança em ambiente adverso

Carlo Lovatelli*

MAIS UMA vez, colhemos resultados decepcionantes na última Conferência do Clima. O consenso possível, na COP 18, no início de dezembro, em Doha, foi a extensão do moribundo Protocolo de Kyoto de 2012 para 2020.

Único documento legal, pactuado em 11 de dezembro de 1997, no âmbito das Nações Unidas, para combater o aquecimento global, o Protocolo ganhou sobrevida, mas isso terá poucos efeitos práticos sobre o clima. Isso porque, nesta segunda fase, a partir de 2013, não contará com a participação de Japão, Canadá e Rússia, que alegam ter chegado a vez de grandes economias emergentes, lideradas por China e Índia, comprometerem-se com metas para limitar o crescimento de emissões de gases estufa. Após a reunião de Doha, ficarão no Protocolo de Kyoto apenas países da União Europeia e a Austrália, que respondem por 15% das emissões totais do planeta. Os EUA, que produzem 36,1% das emissões, não são signatários do documento.

Alguns países desenvolvidos, sobretudo da Europa, fizeram a sua parte e reduziram emissões, além de ser favoráveis a um segundo período do Protocolo.

A ausência, no Protocolo de Kyoto, dos países mencionados pode dificultar a definição dos novos caminhos para evitar que a temperatura do planeta suba além de 2 graus Celsius (2ºC) nos próximos anos. Esse limite de aquecimento é um compromisso firmado entre as economias desenvolvidas e em desenvolvimento para minimizar os prejuízos provocados pelas mudanças do clima.



SXC.HU

Recordemos que Kyoto estabeleceu, em sua origem, que as trinta e cinco nações industrializadas signatárias deveriam reduzir, entre 2008 e 2012, as emissões de gases estufa em 5,2%, em relação ao nível de 1990, mas isso não ocorreu, porque faltou o desempenho dos EUA. Os países em desenvolvimento e os emergentes, entre eles o Brasil, não têm compromisso nos termos de Kyoto. E, pela falta de acordo em Doha, continuarão sem a obrigação legal de cumprir metas.

Mas o Brasil tem feito avanços nesse quesito de forma voluntária, esforço muito mais ambicioso que tem recebido reconhecimento internacional.

Em paralelo à COP 18, o ministro norueguês do Meio Ambiente, Bard Vegar Solhjell, anunciou que o seu país irá contribuir com outros US$ 180 milhões para o Fundo Amazônia, além da contribuição total de US$ 670 milhões. A doação deve-se à diminuição do desmatamento no Brasil em 2011, que, segundo o ministro, "representa uma gigante contribuição à comunidade global em termos de redução nas emissões de gases estufa.".

O diretor executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Achim Steiner, também elogiou o Brasil: "é o país que conseguiu obter os melhores resultados na redução de emissões de gases do efeito estufa e o que mais está trabalhando para reduzir o aquecimento global.".

Novas tentativas de chegar, até 2015, a um pacto global de redução de emissões,

Estamos bastante avançados

O Brasil apresentou duas boas notícias neste ano: quase atingiu a meta voluntária de reduzir o desmatamento em 80% oito anos antes do prazo (2020); e diminuiu as emissões de gases do efeito estufa, que caíram 35% desde 2005, enquanto, em todo o mundo, houve aumento de 9%.

Ao atingir 76,27% de queda no desflorestamento, falta ao Brasil apenas uma redução de mais 4% para atingir o objetivo que, em área, equivale a 3,9 mil km² anuais. Ao dar a informação, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, comemorou: "Ouso dizer que esta é a única boa notícia ambiental que o planeta teve neste ano, do ponto de vista de mudanças do clima. Em relação aos compromissos de metas voluntárias de redução de emissões, estamos bastante avançados".

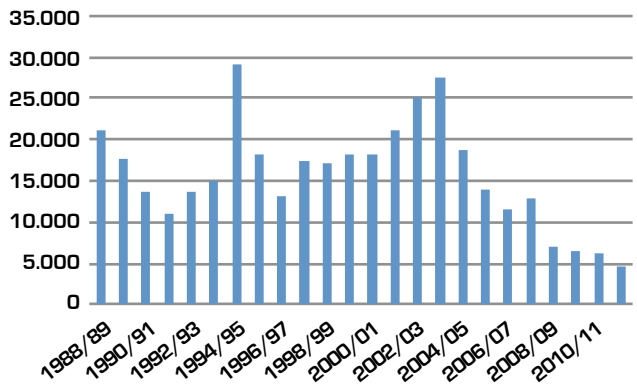
O compromisso da meta voluntária de redução do desflorestamento consta da Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 1.2187/2009), que prevê também reduzir as emissões projetadas de gases do efeito estufa entre 31,6% e 38,9% até 2020.

O controle do desmatamento foi o único responsável pela queda nas emissões brasileiras. O corte de florestas vem caindo desde 2005 e chegou, em 2012, à menor taxa já registrada, com menos de 5 mil km² desmatados.

Isso se deve ao fortalecimento da governança ambiental brasileira, que junta esforços do Governo e do setor privado. Desde 2005, têm sido adotadas medidas de combate ao desmatamento ilegal no País. Entre elas, citam-se a Moratória da Soja, o Zoneamento Ecológico-Econômico dos estados, a lista de áreas embargadas do IBAMA, a fiscalização integrada com a Polícia Federal e as Forças Armadas e o uso de imagens de satélite para o monitoramento de desmatamentos e incêndios florestais.

O desmatamento despencou desde 2004, na Amazônia Legal, e o País ainda detém 62% de áreas cobertas por vegetação nativa. Ao todo, são 5,2 milhões de km² de florestas. Esta área preservada equivale a quinze vezes o território da Alemanha ou a 125 Holandas.

Evolução do desmatamento na Amazônia (1000km²)



Fonte: FAO

incluindo emergentes e desenvolvidos, com compromissos que passariam a vigorar a partir de 2020, estão marcadas no calendário da Conferência do Clima. A primeira rodada de negociações ocorrerá de 29 de abril a 2 de maio de 2013, em Bonn, e, talvez, aconteça mais uma, em setembro do mesmo ano. Em 2014, serão duas sessões e, em 2015, a dose se repetirá.

A crise econômica na Europa e nos EUA levou a COP 18 a deixar de cobrar das nações desenvolvidas, que estão lidando com planos econômicos austeros, a apresentação de um calendário sobre como pretendem cumprir o prometido aumento de dez vezes em ajuda, no montante de US $ 100 bilhões por ano até 2020.

Os países desenvolvidos concordaram, em 2009, doar aos países em desenvolvimento US$ 10 bilhões anuais para ajudá-los a se adaptar às mudanças climáticas no período 2010-12. Eles também definiram uma meta separada de US$ 100 bilhões para 2020, mas não disseram o que aconteceria entre 2013 e 2019.

Sempre é bom lembrar que um dos pilares do Protocolo de Kyoto é o princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada, que corrobora o princípio do poluidor-pagador. Ou seja, as nações industrializadas, que representam 20% da população mundial e que emitiram 80% dos gases do efeito estufa no passado, precisam assumir compromissos mais ousados, para mitigar o aquecimento global, do que os países em desenvolvimento e os emergentes, que responderam por apenas 20% das emissões, não obstante constituam 80% da população.

Olhando pelo lado do agronegócio brasileiro, que, muitas vezes, tem sido acusado de contribuir para o desmatamento no País, a resposta é que estamos muito à frente dos países industrializados, que derrubaram suas florestas, perturbaram o equilíbrio ecológico e ainda se sentem moralmente poderosos para nos cobrar conservação ambiental, como se, no Brasil, não tivéssemos uma das mais rígidas legislações ambientais do mundo e mecanismos de governança que preveem punições aos que desmatam ilegalmente.

Precisamos, sim, reforçar, nas discussões sobre mudanças climáticas, a tese do pagamento por serviços ambientais, em especial para os produtores rurais. Nesse sentido, a balança deveria pesar favoravelmente ao Brasil, que tem feito esforço extraordinário para alimentar sua gente e o mundo com a preocupação de conservar seus recursos naturais. ■

*Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE)



Fórum ABAG-ABIOVE

Safra recorde de grãos: os desafios da logística em 2013

Abertura

Luiz Carlos Corrêa Carvalho*



É um prazer realizar outro importante Fórum ABAG, em parceria com a ABIOVE. Trazemos para discussão o tema da logística, às vésperas de uma safra de expectativa recorde, se tudo correr normalmente. As análises feitas pela ONU, FAO e OCDE destacam o papel do Brasil para suprir a oferta necessária de alimentos até meados deste século. Por outro lado, pressionada pela questão climática e do aquecimento global, a produção de energias renováveis deve ganhar espaço na matriz energética.

O modelo logístico brasileiro é extremamente dependente do modal rodoviário no transporte da produção nacional. Desejamos uma transição para modais mais econômicos, em função do crescimento apavorante nos custos dos fretes nesses últimos anos. O esforço da agricultura para conseguir ganhos de produtividade é dissipado no escoamento da safra. Perdemos competitividade e somos açodados à visão da sustentabilidade.

Como a grande mensagem global dada ao Brasil é para expandir a oferta, as medidas adotadas internamente possuem impactos externos. Existe uma carga pesada de responsabilidade com as mudanças nos mecanismos dos diferentes modais de transportes no País. Estamos diante de uma legislação nova, com implicações sobre os negócios das transportadoras e a renda e o emprego dos motoristas. Esse assunto merece atenção e posicionamento das entidades do agronegócio, com elaboração de um documento para ser entregue à ministra Gleisi Hoffmann da Casa Civil.

*Presidente da ABAG

Planejamento integrado

Ricardo Nascimbeni*



Vivemos um dos anos mais difíceis para operar logística neste País. A situação somente não melhorou devido à infelicidade dos produtores rurais, com quebras de produção no Rio Grande do Sul e no Paraná. Sem planejamento integrado, que considere a cadeia efetiva e as áreas de interferência, de nada adiantarão esforços para evitar o apagão logístico.

A produção brasileira de grãos na safra 2012/13 pode atingir 180 milhões de toneladas, com uma colheita de 81 milhões de toneladas de soja. O produtor rural brasileiro faz a parte dele.

A matriz logística brasileira trabalha em corredores de exportação, como o do Alto Araguaia para Santos, o de Araguari para Vitória e o de Porto Velho até Santarém ou Itacoatiara. O caminhão sai da lavoura e leva a colheita para o armazém, para ser, então, transportada às fábricas, onde será processada, e aos portos, com os pontos de transbordo abastecidos por caminhões.

Praticamente 10% da produção gerada pelo agronegócio utilizam-se de caminhões. As ferrovias e hidrovias funcionam como pontos de transbordo para os corredores de exportação. Não adianta expandir a capacidade de embarque na origem sem expandir a capacidade de destinos, dos quais muitos estão no limite. Os vagões podem rodar em alguns trechos, mas falta capacidade para descarregá-los.

Neste ano, a quantidade de veículos licenciados novos e caminhões novos (pesados e semipesados) foi reduzida em 30%, com relação a 2011. O crescimento da safra 2012/13 exigirá demanda adicional de 20 mil caminhões. As safras de inverno crescem sistematicamente e as transportadoras ficam com frota parada por falta de caminhões.

Como não existe mais entressafra, os profissionais de logística não descansam. O mercado não estava preparado para atender a maior 2ª safra de milho no Mato Grosso. Isso não vai mudar, mas sim se consolidar, porque a rentabilidade do produtor rural melhora.

A Lei 12.619, de 30 de abril de 2012, que regulamenta a profissão do motorista, agrava o quadro de escassez de transporte no agronegócio, com a necessidade de se discutir melhor o seu prazo de vigência. O mesmo é válido para o art. 8º da Resolução 405, que dispõe sobre a fiscalização do tempo de direção do motorista profissional. Precisamos ver a melhor forma para implantar campanhas educativas. As realidades regionais brasileiras variam.

A ampliação e renovação da frota de caminhões pesados e semipesados é fundamental para se criar capacidade ociosa. Não podemos continuar a trabalhar até acima do limite operacional. Tiramos do sistema talvez aquilo que não tenha condições de nos dar.

Por último, realmente, estimular a formação de motoristas profissionais de carga. Há dez anos, os Estados Unidos enfrentavam uma situação de escassez de motoristas. Pensava que isso não aconteceria tão cedo no Brasil.

Devemos planejar a logística deste País com a preocupação de adaptá-la principalmente às áreas de interferência. O peso por eixo na Argentina é diferente no Brasil. Estamos no mesmo continente e não operamos de uma forma integrada. É importante uma logística estratégica de longo prazo, com gabarito e formatação para operar os modais, que respeite essas diferenças regionais brasileiras, em clima, cultura e infraestrutura, dentre outras.

*Membro da Comissão de Logística da ABIOVE

Mudanças promovidas pela Lei do Motorista nº 12.619

Item	Mudança
Intervalo para descanso	30 minutos a cada 4 horas
Extensão da direção	1 hora adicional em situações excepcionais
Tempo de direção	8 horas de jornada, com mais 2 horas extras
Descanso semanal	35 horas
Tempo de espera	Horas acima da jornada para carga e descarga
Revezamento	Tempo que exceder a jornada normal e o motorista estiver em repouso no veículo em movimento, com remuneração de 30% da hora normal
Repouso	Mínimo de 6 horas consecutivas fora do veículo em alojamento externo, ou na cabine-leito, com o veículo estacionado

Impactos da nova legislação

Rogério Martins*



Existem algumas dificuldades para as empresas aplicar 100% da nova legislação. A principal é a falta de locais e postos de paradas para cumprir os horários de parada de descanso obrigatório. Os postos de combustíveis (pontos de vendas de combustível), além de não ter capacidade para atender a demanda necessária, também são obrigados a acolher caminhões parados, simplesmente com o intuito de cumprir a Lei.

Os motoristas profissionais, para fazer o controle mais fidedigno pelo empregador da jornada de trabalho e o tempo de direção, poderão valer-se da anotação do diário de bordo, papeleta ou ficha de trabalho externo. Existe muita rasura e o preenchimento das informações por terceiros.

A empresa deverá fazer prevalecer o seu o poder diretivo, ou seja, o motorista que anotar de forma fraudulenta, deixar de anotar ou cometer rasuras frequentes deverá ser advertido formalmente, suspenso em caso de reincidência, podendo ser até dispensado por justa causa. Mas, as empresas estão com caminhões parados no pátio, por falta de motorista...

Alteração no contrato de trabalho. A lei diz que quanto àqueles contratos de trabalho que eram baseados no art. 62, sim, você, obrigatoriamente, precisa fazer a sua alteração, direcionando-se para as novas regras da Lei 12.619. Quando você chama o motorista para fazer essa alteração na carteira de trabalho, fala: "Você vai cumprir a lei.". E ele responde: "Certo. Então, pode me mandar embora. E, se não quiser mandar embora, eu estou pedindo as contas". A empresa vizinha não vai cumprir a lei... Eu não tenho como trabalhar nessas condições.

As empresas que tinham seus motoristas registrados pelo artigo 62, I da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), devem alterar os novos contratos de trabalho e aditar os antigos. O horário de início da jornada do motorista profissional deverá ser flexível, pois o início e o término da jornada serão sempre divergentes a cada dia trabalhado. O contrato deve apenas prever o horário variável, mas com jornada de 8 horas diárias e 44 semanais.

A jornada de trabalho foi baseada na legislação de trânsito do Chile, que é de 8 horas. Aqui, ficou em 11 horas. Nem no aconchego da nossa casa, conseguimos descansar esse tempo todos os dias. Imagine o motorista no leito do caminhão. O resultado é bebida, jogo e prostituição.

No intervalo mínimo para descanso de 30 minutos, a cada 4 horas, as cargas fracionadas, de porta a porta, foram beneficiadas, porque o tempo de cada parada para entregar um produto pode ser computado. No segmento de *commodities* agrícolas, como os caminhões vão para os portos, necessariamente a cada 4 horas, precisa-se parar 30 minutos. O tempo de viagem de longas distâncias aumentará substancialmente.

O repouso diário mínimo de 6 horas consecutivas confronta-se com o transporte de cargas vivas, como os pintinhos de granja, cuja duração máxima de viagem suportável é de 24 horas.

As remunerações dos motoristas com o comissionamento e a premiação ficaram proibidas se comprometerem a segurança rodoviária ou da coletividade ou se possibilitarem violação das normas da presente legislação. Isso trouxe impacto negativo para remuneração dos motoristas.

Entre os pontos positivos da nova legislação, aparece o controle de drogas e bebidas. Com sua ampla ciência, o empregado submete-se a teste e a um programa de controle de drogas e bebidas alcoólicas, instituído pelo empregador. A Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC) já utiliza esses testes. O tempo de espera é outra situação favorável para a empresa.

*Diretor da Associação do Transporte Rodoviário de Cargas do Brasil (ATR Brasil)



Comparativo no faturamento do motorista

Detalhes	Método antigo	Método novo*
Número de viagens carregadas	10	07
Quilômetros percorridos	11.000	7.700
Faturamento (sem pedágio)	R$ 44.200.00	R$ 30.940,00
Salário do motorista	R$ 3.536,00	R$ 2.475,20

Observação: exemplos montados com base em dois veículos para transportar açúcar a granel (carregamento 24 horas, 30 dias por mês) e fertilizantes (carregamento das 7h30 às 23h, exceto aos domingos) do interior de São Paulo ao Porto de Santos.
*Lei 12.619

Aumentar os investimentos

Eurimilson João Daniel*



A SOBRATERMA é uma entidade mais ligada à área de infraestrutura, que tem na sua base societária as construtoras, os fabricantes de máquinas, os locadores, os fornecedores de peças e insumos. Na área jurídica, sofremos juntos. Temos uma visão da infraestrutura do País como uma solução para contribuir. Concordo com a importância do BNDES no processo de contribuir com o aumento da frota, para ajudar no escoamento da produção. O setor de máquinas e equipamentos foi muito beneficiado pela democratização desse crédito.

Estamos com uma frota de equipamentos para atender as necessidades de infraestrutura. Mas, o planejamento é fundamental para o setor de infraestrutura não apresentar gargalos no transporte de grãos. Investimos menos de 2% do PIB, quando deveríamos estar em 5%. Outros países estão na nossa frente.

*Vice-presidente da Associação Brasileira de Tecnologia para Equipamentos e Manutenção (SOBRATERMA)



Trabalho articulado

Nélio Botelho*



Atravessamos uma situação grave. Se não houver mobilização por parte da produção, chegaremos a um gigantesco estrangulamento, com consequências piores do que se imagina. Sancionar a Lei 12.619 foi um descuido lamentável, pois afetou o transportador de carga de uma forma geral, seja as empresas, as cooperativas ou os autônomos. Não há como cumprir esta lei. O projeto de lei foi feito, basicamente, em cima dessa questão de acidentes e mortes em rodovias.

Esse caos do transporte rodoviário de carga no País é decorrente da falta de remuneração compatível do frete. O transporte de carga é desorganizado, e o transportador sempre operou no vermelho. Sem planilha de custo, o modal não tem o direito de negociar o seu serviço. O caminhão do transportador é o vilão das rodovias, com o transporte com excesso de peso, cargas horárias absurdas e ocorrência de acidentes. O valor do frete não é remunerador.

Alertamos a economia do País sobre a falta de condições para cumprir a Nova Lei do Motorista. Criamos fóruns e bancadas nos estados brasileiros. Mostramos que a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e a Cooperativa Aurora (SC) ficariam inviabilizadas. Teríamos de multiplicar o número de caminhões e motoristas. O frete sofreria reajuste a partir de 35%, justamente quando a presidente anunciou investimentos de bilhões de reais em rodovias para evitar essa situação. Assim, a Resolução nº 405, de 12 de setembro de 2012, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), adiou por até seis meses a fiscalização da Lei, que já foi sancionada e, portanto, está em vigor, com pressão do Ministério Público do Trabalho.

O coordenador da bancada nacional do transporte rodoviário de carga, o deputado federal Nelson Marquezelli, do estado de São Paulo, negocia com a Casa Civil a entrada de um novo projeto de lei, de sua autoria, para transformá-lo em Medida Provisória. Duas pequenas adaptações na Lei nº 12.619 resolvem os problemas: a redução do tempo de descanso de 11 horas para 8 horas e o ponto de parada nas rodovias a critério do motorista.

Estamos em entendimento avançado com a Petrobras Distribuidora: melhorar as condições dos seus postos, no sentido de oferecer pelo menos um ponto de parada precário. Diante da falta de infraestrutura existente no País, isso não levaria menos do que oito anos. Não há a mínima possibilidade de ser revogada essa resolução nº 405. A ABAG e a ABIOVE precisam levar avante um trabalho conjunto, no sentido de prever os problemas para 2013, se acontecer essa safra recorde.

*Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro, representando os motoristas autônomos



Resgatar as ferrovias

Luiz Carlos Rodrigues Ribeiro*



Com a reestruturação do Setor Transportes, em 2001, antes da sua liquidação, o Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes (GEIPOT) colaborou no acompanhamento e na realização de análises técnicas para a criação do Conselho Nacional de Integração de Política de Transportes Terrestres (CONIT), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

O Ministério dos Transportes criou uma Secretaria para formular política e fazer o planejamento, com a concretização do Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT). Dialogamos com os vários setores, para montar um plano multimodal, com visão prospectiva de médio e de longo prazo. O horizonte era 2023. Após essa crise mundial, que afetou o País, os pressupostos econômicos do plano foram elaborados pela Fipe, da Universidade de São Paulo. O prazo foi estendido para 2031.

O plano tem duas modelagens básicas: 1) macroeconômica, para determinar o crescimento nacional e regional; 2) de transportes, para atender determinada infraestrutura.

Uma das preocupações básicas do PNLT foi o reequilíbrio da matriz de transportes, predominantemente rodoviária. Isso implica um custo de alguns bilhões de dólares.

Algumas medidas estão em andamento. Conversamos com os operadores e fabricantes do setor ferroviário, com a Norte-Sul, Oeste-Leste, Transnordestina, a integração do Centro-Oeste. A expansão da Ferronorte – hoje, no Alto Araguaia – chega a Rondonópolis e, em sequência, a Cuiabá. Temos a melhoria de trechos já existentes, com a eliminação de pontos críticos.

Para o plano estratégico das hidrovias, contratamos uma empresa holandesa. Teremos iniciativas do ponto de vista econômico, organizacional, institucional e ambiental. Trabalhamos com os centros integrados de logística para dar consequência à multimodalidade.

A consequência prática desse trabalho está na execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cuja fonte de elaboração é o PNLT. Desde 2003, ouvimos falar no apagão logístico, que não ocorreu devido à realização de investimentos.

Da década de 70 a 2002, a parcela do PIB dedicada a transportes caiu de 1,8% para 0,1%. Depois, o orçamento do Ministério cresceu de R$ 2 milhões para R$ 17 bilhões. Temos, ainda, as parcerias com a iniciativa privada e os financiamentos do Banco Mundial, BIRD, etc.

Logística é um imperativo para o desenvolvimento acelerado e sustentável. Quer dizer, nós temos que ter uma ampla e moderna rede de infraestrutura, uma logística eficiente e o que é impor-

Investimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)			
Investimentos	Total	Primeiros cinco anos	De 20 a 25 anos
Total	R$ 133 bilhões	R$ 79,5 bilhões	R$ 53,5 bilhões
Rodovias*	R$ 42 bilhões	R$ 23,5 bilhões	R$ 18,5 bilhões
Ferrovias**	R$ 91 bilhões	R$ 42 bilhões	R$ 35 bilhões

*7.500 quilômetros; **10 mil quilômetros.

tante: com modicidade tarifária, não é? Temos que ter preços que permitam... Ou seja, dar competitividade aos produtos brasileiros.

Participamos do Programa Brasil Maior, no Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio (MDIC), cuja preocupação, na área de logística, é melhorar a competitividade das empresas brasileiras. O PAC foi a primeira iniciativa estruturada para dotar o País de um sistema de transportes adequado, após duas décadas de baixos investimentos.

Nessa nova etapa, restabelecemos a capacidade de planejamento do sistema de transportes (rodovias, ferrovias e hidrovias, portos e aeroportos), em articulação com as cadeias produtivas. Criou-se a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), responsável pelos estudos de viabilidade, o licenciamento ambiental e os processos de concessão junto à ANTT, à ANTAQ e à ANAC.

A ideia é ampliar a escala dos investimentos públicos e privados em infraestrutura. No sistema rodoviário, a duplicação dos principais eixos; nas ferrovias, a reestruturação do modelo de investimentos, com a exploração por empresa única (Valec) e expansão da malha de 28 mil quilômetros para 40 mil; para os portos, responsáveis por 90% das importações e exportações, melhorias, assim como para os aeroportos.

Nas rodovias, os investimentos estarão concentrados nos cinco primeiros anos da concessão: duplicações, contornos, travessias e obras de arte. A seleção de concessionários será pela menor tarifa de pedágio. O tráfego urbano não será pedagiado, e a cobrança do pedágio será quando 10% das obras estiverem concluídas.

Nas ferrovias, de 2003 para cá, foram construídos mais de mil quilômetros. Atualmente, está em conclusão o trecho de Anápolis até Palmas. O projeto de Palmas até Estrela d'Oeste, no estado de São Paulo, está sendo iniciado.

As interligações das ferrovias Transnordestina e Oeste-Leste com a ferrovia Norte-Sul mudarão o esquema de distribuição de combustíveis no Brasil. A ferrovia de integração de Lucas do Rio Verde até Uruaçu permitirá o escoamento da produção de grãos do Mato Grosso, do Centro-Oeste, até a ferrovia Norte-Sul, com alternativas de escoamento pelos portos de Itaqui ou Vitória.

O objetivo é resgatar a ferrovia alternativa de logística, com a quebra do monopólio na oferta de serviços ferroviários e promover, realmente, uma redução de tarifa, como desejam os usuários. Pelo novo modelo, o Governo contrata a construção, a manutenção e a operação da ferrovia. Com a compra da capacidade integral e o transporte da ferrovia, a Valec faz uma oferta pública, de modo a assegurar o direito de passagem dos trens em todas as malhas. Efetivamente, podemos ter competição dentro do setor ferroviário brasileiro.

*Coordenador-geral de Planejamento da Secretaria Nacional de Política de Transportes do Ministério dos Transportes



Conversar com o Governo

Carlo Lovatelli*



O problema é muito sério. O planejamento mais integrado, com o envolvimento dos *players*, ao nível do Governo, do agronegócio e da família logística, deveria ter sido feito com um pouco mais de cuidado. A falha também é nossa.

Temos de nos integrar e fazer moções em conjunto. Possuímos um poder econômico tão espetacular e importante para o País, que é o agronegócio. Realmente, é quase imprudente não falarmos com o Governo de uma forma uníssona. Os pleitos devem ser levados de forma mais marcante, definida e focada. Realizar um trabalho concatenado. Bem-vin-

dos, os investimentos existem e são necessários, mas terão de ser suficientes para evitar a pororoca.

Defrontamo-nos com fila de caminhões, em Paranaguá, no estado do Paraná. Estamos no final do ano. Imaginem na metade do próximo ano, com a entrada de uma safra cheia.

Com relação à prorrogação da fiscalização da Lei dos Caminhoneiros, a característica geral foi de não questionamento, até porque a causa é muito nobre. É a forma da sua implementação que, de certa forma, precisa ser mais avaliada. Vamos sentir como o Ministério dos Transportes vai se posicionar para solucionar ou, pelo menos, diminuir o grau de gravidade do caos logístico que se avizinha. ■

*Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE)

Documento para a Casa Cívil

Com base nas discussões do Fórum ABAG-ABIOVE, foi encaminhado para a Ministra Gleisi Helena Hoffmann, da Casa Civil na Presidência da República, pedido de audiência com o objetivo de criar um Grupo de Trabalho para avaliar e melhorar as condições de implementação da Lei 12.619/2012, a qual regula e disciplina a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional.

O documento, assinado por diversas associações*, cita os entraves a ser superados para a implementação da Lei nº 12.619/2012. O estabelecimento de um período de fiscalização com fins exclusivamente educativos de doze meses, respaldado em diploma legal de igual poder, dará tempo adequado para solucionar ou mitigar significativamente os gargalos logísticos existentes.

Com o aumento significativo da produção de grãos para o nível recorde de 180 milhões de toneladas na safra 2012/13, o acréscimo do volume a ser movimentado resultará em forte pressão altista sobre os valores dos fretes rodoviários. Haverá impactos nos preços dos alimentos e na renda do produtor rural, devido à redução da oferta de transporte, caso não sejam adotadas medidas de adaptação.

Atualmente, já se verifica no Brasil fretes médios de soja superiores em US$ 78 por tonelada em relação à Argentina. Este valor situava-se ao redor de US$ 61/tonelada em 2011. Por sua vez, a expansão das fronteiras agrícolas e a insuficiência de portos nas regiões Norte e Nordeste obrigam os exportadores a recorrer aos distantes e congestionados portos do Sudeste.

As dificuldades para adoção e os impactos da nova legislação têm sido objeto de discussão na Câmara Temática de Logística do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. É necessário ajustar-se à lei de forma a considerar as peculiaridades do transporte de animais vivos e de perecíveis, tais como as cargas de refrigerados, congelados, ovos, etc.

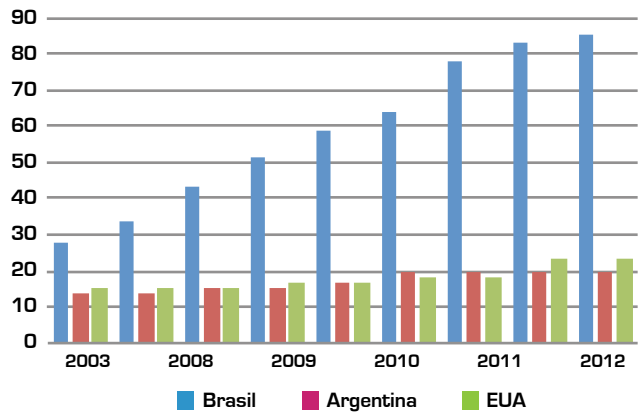
Com escassez de cerca de 50.000 motoristas profissionais capacitados a conduzir caminhões e ônibus, a situação agravou-se nos últimos meses: 5% a 10% da frota nacional de veículos de carga estão parados por falta de condutores.

Enquanto a capacitação de novos profissionais demanda a instalação de novos centros de treinamento a nível nacional, a venda de veículos novos de carga pesados e semipesados declinou 30% em 2012, relativamente a 2011. O incremento da movimentação da produção agrícola demanda a incorporação de mais 20.000 veículos de carga em 2013.

Muitas rodovias não oferecem pontos de parada para descanso em condições de atender a determinação da lei de proporcionar condições mínimas de segurança, higiene e conforto. Mesmo as novas concessões rodoviárias que preveem a instalação desses pontos requerem tempo considerável para conclusão das respectivas obras. A aplicação estrita da nova legislação leva a uma redução de aproximadamente 30% na oferta de transporte e redução na remuneração do motorista.

**ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio), ABIOVE (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais), ACEBRA (Associação das Empresas Cerealistas do Brasil), ANEC (Associação Nacional dos Exportadores de Cereais), ANUT (Associação Nacional dos Usuários de Transporte), APROSOJA-MT (Associação dos Produtores de Soja e Milho do Mato Grosso), APROSOJA Brasil (Associação Brasileira dos Produtores de Soja), ATR Brasil (Associação do Transporte Rodoviário do Brasil), CNA (Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil), MUBC (Movimento União Brasil Caminhoneiro), SINDAG (Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola), SINDIRAÇÕES (Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal), UBABEF (União Brasileira de Avicultura) e Fórum Nacional Sucroenergético.*

Brasil: Custo do frete (US$/t)



Fonte: ANEC

Milho

Exportar para China ou produzir etanol

Glauber Silveira*

DIVERSOS USINEIROS e produtores de milho da região Centro-Oeste estão discutindo a implantação de novas usinas *flex*. No estado de Mato Grosso, há uma unidade em funcionamento, na cidade de Campos de Júlio, ou seja, a produção de etanol de milho é uma realidade no Brasil.

O empreendimento significa uma oportunidade de consumir milho com agregação de valor no Centro-Oeste. Na safra 2011/12, Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul geraram, no conjunto, um excedente de 21,1 milhões de toneladas. O consumo do cereal concentra-se, principalmente, na avicultura, suinocultura e nos confinamentos de bovinos. Essa demanda não acompanha a capacidade de expansão da produção.

Em 2012, o Brasil exportou algo próximo de 21 milhões de toneladas de milho. A quebra mundial na sua produção, sobretudo nos Estados Unidos, permitiu a colocação do produto brasileiro, a preços remuneradores, no mercado internacional. Caso contrário, teríamos os armazéns abarrotados de grãos, como em anos anteriores. E, mesmo assim, há sobra de milho no Brasil.

A região Centro-Oeste pode produzir mais 14 milhões de toneladas, mas isso causaria problema sério de preço por dois motivos principais: não teríamos como consumi-lo internamente e exportaríamos pelas rodovias do Brasil ao custo de frete mais caro do mundo. Custa muito caro transportar uma carga do estado para os portos ou para o estado de Santa Catarina, onde ocorre a sua falta. Em Sorriso, no Mato Grosso, o preço de cereal está em R$ 18 a saca, mas o frete para transportá-lo ao porto fica em R$ 14. De cada três sacas enviadas comercializadas, duas vão para pagar o transporte.

Produção de milho na safra 2011/12 (milhões de t)

Estado	Produção	Consumo	Excedente
Mato Grosso	13,9	2,0	11,9
Goiás	7,8	4,0	3,8
Mato Grosso do Sul	5,7	1,3	4,4
Subtotal	27,4	7,3	21,1
Brasil	84,1	52,5	31,6

Fonte: Conab/MAPA

Se tivéssemos mais ferrovias e hidrovias e se soubéssemos explorar adequadamente cada modal, de acordo com a distância a ser percorrida (curtas, de caminhão, e longas, de trem e barcaças), teríamos um custo do frete muito menor.

Diante desse cenário, uma das alternativas para agregarmos valor ao milho do Centro-Oeste é utilizá-lo, em parte, nas usinas de cana-de-açúcar. Com ampliação, produziríamos etanol, grãos secos por destilação (DDGs) e óleo. Com 1 tonelada de matéria-prima, fabricaríamos até 240 quilos de DDGs, 395 litros de álcool e 20 litros de óleo. Segundo a Célere Consultoria, para cada 1 milhão de toneladas de milho transformado em etanol, DDGs e óleo, haveria uma receita anual de R$ 700 milhões, com a geração de R$ 180 milhões de impostos ao estado e 150 novos empregos diretos.

Diversos usineiros vislumbram a produção do etanol de milho. Além de agregar valor, a atividade operacional da indústria passaria de seis meses para quase o ano todo. É uma redução dos custos do próprio etanol de cana, com o seu rateio por outro produto. Duas novas usinas *flex* estão em fase de aquisição de equipamentos: uma no Mato Grosso e outra em Goiás.

O investimento para a instalação da chamada destilaria *flex* para processamento de cana-de-açúcar, milho e sorgo, para os estabelecimentos industriais em operação (com produção de etanol somente a partir da cana-de-açúcar), é hoje da ordem de R$ 18 milhões. Já a planta industrial, exclusivamente voltada para utilizar somente os cereais como matéria-prima, requer alto investimento: no momento, no valor de R$ 50 milhões.

O questionamento oportuno é se continuaremos dependentes da China para consumir o milho ou escolheremos o caminho norte-americano de agregar valor e aumentar a segurança energética.

A prioridade está na busca de soluções empresariais e na cobrança do Governo para uma política dos biocombustíveis. A visão ambiental não está nos combustíveis fósseis e rodovias. Pagamos caro e perdemos a oportunidade de crescer e ser muito mais competitivos. Imaginem o Brasil com política energética sustentável em cima dos biocombustíveis e matriz de transporte apoiada nos modais ferroviários e hidroviários. ■

**Engenheiro agrônomo, produtor rural e presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja e Milho (Aprosoja Brasil) - glauber@aprosoja.com.br

Propriedade Intelectual

Pesquisa e desenvolvimento de defensivos

Frank Werner*

EM 2011, o depósito de patentes na Organização Mundial de Propriedade Intelectual feito pela China passou de 546 mil. Apesar de não analisarmos o tamanho e a qualidade do investimento, o número chama atenção. A título de comparação, a quantidade realizada pelos Estados Unidos alcançou 504 mil. O Japão ficou na terceira posição, com 342.610 pedidos de patentes apresentados em 2011. Depois, vieram a Coreia do Sul, com 179 mil, e o escritório europeu de patentes, com 143 mil. O Brasil aparece com 22 mil pedidos.

No Brasil, com tal volume inexpressivo, praticamente não existe esse tipo de estatística. Ainda assim, o País ainda carece de aprimoramento de novas ideias, invenções e inovações.

Em quase todos os países do mundo, a proteção de uma patente leva vinte anos. Como o exame dura normalmente mais de dez anos, pela falta de uma equipe suficiente de examinadores e lentidão na burocracia, no Brasil, o prazo possui menor tempo. O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) encontra dificuldade para cumprir os prazos de análises em tempo razoável. Junto a outras mudanças de procedimento, esperamos uma redução nesse período, com a contratação realizada pelo instituto de mais 273 novos profissionais. Conforme a posição comercial da empresa, se de patentes ou de genéricos, isso traz vantagens e desvantagens.

As concessões tardias tocam a questão delicada das incertezas legais. Se ocorrer uma violação de patentes, fica a dúvida de como ficarão as concessões realizadas. Além de o recolhimento das taxas só poder ser feito no dia em que a licença for liberada, as dificuldades para obter informações passam pela extensão do tempo e a oneração de custo. Quando as informações não estão disponíveis on-line, por exemplo, a empresa precisa deslocar um funcionário para o INPI.

No Brasil, a possibilidade de uma empresa efetuar uma emenda após a solicitação do exame é bem limitada, mesmo que conste da descrição, pois o artigo 32 da Lei da Propriedade Industrial (LPI - Lei nº 9279/1996) estabelece que "para melhor esclarecer ou definir o pedido de patente, o depositante poderá efetuar alterações até o requerimento do exame, desde que estas se limitem à matéria inicialmente revelada no pedido.".

Sabe-se que a execução das patentes não possui valor se não usada. A empresa não tem proteção por si só. Caso encontre no mercado algum bem copiado de seus produtos patenteados, ela poderá usar seus diretos de PI. Caso contrário, terceiros continuarão a vender os seus produtos. No Brasil, a execução de patentes nos tribunais também demora muito tempo. Mais rápidas, as liminares para suspender a produção podem ser determinadas por ações judiciais na velocidade da luz. Nos Estados Unidos, também é assim, mas o processo é bem mais custoso.

A construção de um sistema mais forte de PI requer melhorias no processo de concessão de patentes. Isso particularmente significa mais flexibilidade durante as etapas dos exames, com períodos menores e aprovações mais rápidas. A previsibilidade do modelo envolve menor restrição na transferência de tecnologias, com acordos para facilitar as exportações das inovações brasileiras. Essas realizações não são importadas. As licenças realizadas e com investimentos lá fora seriam inovações do Brasil. Certamente, haveria mais apoio e cooperação entre as universidades e empresas. A transferência de tecnologia e os investimentos estrangeiros trazem benefícios para o País e as instituições de pesquisa e desenvolvimento. ■

Definição e conceito

Publicadas após oito meses de examinadas pelo órgão responsável, as patentes descrevem as publicações em detalhes. O sistema permite a guarda de segredos comerciais, e as empesas tomam conhecimento dos trabalhos realizados pelos concorrentes. Esse ambiente de proteção permite às empresas obter retornos aos seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Com relação à transferência de tecnologia, a propriedade intelectual (PI) pode ser usada para licenciar e explorar. Os royalties são limitados entre as empresas relacionadas.

Registrados no INPI, os acordos de *know how* no Brasil são de cinco anos, com possibilidade de renovação por mais cinco. O sigilo pode ser estabelecido a partir do dia da transferência de tecnologia.

Já as licenças não são protegidas pelas patentes, mas baseadas nos direitos de PI. As tecnologias também são registradas no INPI, podendo ser exclusivas ou não. Apesar de o prazo ser de vinte anos menos o período de registro, no caso do Brasil, na prática, não passa de dez anos.

*Procurador europeu de patentes

Diário de bordo

Ainda um bom ano



Roberto Rodrigues*

MAIS UMA vez, em dezembro passado, como já virou tradição, o Conselho Superior do Agronegócio da FIESP, presidido por João de Almeida Sampaio Filho, realizou sua última reunião, ouvindo especialistas em mercados agrícolas, para analisar as tendências e perspectivas do setor para 2013. E, de novo, três reconhecidos técnicos trouxeram suas visões: André Pessoa, da Agroconsult, Alexandre Mendonça de Barros, da MB Agro, e Plinio Nastari, da DATAGRO, que tratou do tema 'açúcar e álcool'.

Das apresentações realizadas, produto a produto, destacam-se os seguintes pontos:

- Grãos: no próximo ano, os preços dos grãos tendem a continuar acima das médias históricas, pelo menos no primeiro semestre. No segundo semestre, as safras americana, brasileira e argentina podem mudar os preços. Espera-se, portanto, uma melhora da rentabilidade dos produtores, com margens satisfatórias, sobretudo na soja e no milho, apesar dos significativos aumentos dos custos de produção. O cenário só não é muito favorável aos consumidores de ração, por razões óbvias.

- Carnes: as carnes devem ter bons preços em 2013, devido à alta dos grãos e à escassa oferta de carne bovina nos EUA, pela redução do rebanho americano. A seca de lá afetou também as pastagens, o que levou à matança de fêmeas. Atualmente, o *spread* entre a carne de frango e de boi é pequeno. O ajuste no preço da carne de frango deve-se à redução da oferta, que ocorreu devido ao aumento dos custos. 2013 será um ano de preços altos para as proteínas animais e com alguma melhora na rentabilidade do setor, depois de um 2012 terrível.

- Laranja: o cenário é bastante desconfortável, já que o suco de laranja está atrelado a dois mercados com demanda cadente, EUA e Europa. Além da queda do consumo, o Brasil teve duas grandes safras, e a próxima deve ser razoável. Portanto, o horizonte é de dificuldades na cadeia, porque os problemas são estruturais: maior oferta com menor demanda.

- Café: há expectativa de aumento da oferta mundial e pequena redução do nível dos preços, mas nada muito importante.

- Açúcar e álcool: o setor vive um momento de recuperação, após quatro anos de clima adverso, mudança do sistema de produção/colheita, pressões regulatórias e crescimento dos custos. Por outro lado, a demanda de açúcar, etanol e energia está em crescimento nos mercados interno e externo. Entretanto, ainda existem obstáculos. No caso do etanol, há um grande desestímulo, por causa do subsídio ao preço da gasolina. A política atual de preços para a gasolina segura os preços do etanol, independentemente das condições de oferta e demanda do biocombustível, o que afeta a competitividade do segmento e representa um retrocesso para o setor. Falta um ambiente regulatório previsível e sem distorções, que estimule o investimento privado na expansão da capacidade industrial e de novas tecnologias, medidas governamentais que contribuam para resgatar a competitividade do etanol. Este setor não se desenvolve sem marcos regulatórios bem definidos.

O ponto negativo comum e recorrente em todas as cadeias analisadas é o problema da infraestrutura e logística. A nova lei de descanso dos caminhoneiros deve aumentar ainda mais a pressão sobre o frete. A previsão é de 35% de aumento dos custos com frete em relação à ultima safra.

De uma maneira global, pode-se concluir, das apresentações feitas, que 2013 ainda será um ano com boa renda para os produtores rurais brasileiros. Alguns setores, como se viu, terão mais resultados positivos do que outros, até porque ajustes ainda estão sendo feitos, especialmente na área de proteínas animais.

Também está claro que outros setores – cana-de-açúcar e laranja – precisam de políticas públicas corretas, estratégias definidas – que, estranhamente, não acontecem.

E ainda há o aumento dos custos de produção determinado pelo crescimento da demanda por insumos modernos.

Em suma, ainda dá para desprezar a dezena de azar de 2013. ■

*Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e embaixador da FAO para o Ano Internacional do Cooperativismo

Produzir

Consecitrus continua em debate



Cesário Ramalho da Silva*

NESTE MÊS, pegamos o setor da citricultura como exemplo para abordar o tema "cadeias produtivas". Este conceito está no próprio cerne do que é a definição de *agribusiness*, ou seja, de interligação entre todos os elos de um segmento e, mais do que isso, entre atores de setores diferentes, mas que têm influência em outras atividades.

É o princípio da transversalidade, em que o negócio do produtor de milho, por exemplo, interfere na suinocultura, e assim por diante, com foco no "ganha-ganha".

Nesse cenário, o caso da laranja é emblemático, porque o momento delicado por que passa o setor exige uma ação homogênea de todos os envolvidos, a fim de resgatar a competitividade da citricultura, um negócio importantíssimo para o País. Foi nesse sentido que a Sociedade Rural Brasileira e a CitrusBR levaram (e levam) adiante o objetivo de criar o Conselho de Produtores e Exportadores de Suco de Laranja (Consecitrus).

No entanto, cabe salientar que, em nenhum momento, a Sociedade Rural Brasileira (SRB) divulgou que o Consecitrus havia sido aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) ou que foi firmado algum tipo de contrato entre produtores e indústria sob a regência do Conselho.

Na avaliação da SRB, a decisão do CADE em manifestar posição de que o Consecitrus ainda não passou por sua aprovação e que, por este motivo, não pode estar em funcionamento foi absolutamente acertada. No entanto, o mesmo órgão assinalou que a divulgação e discussões para formatação do Consecitrus estão autorizadas, sendo, aliás, necessárias. Em reunião com o conselheiro do órgão, Ricardo Ruiz, ele nos recomendou a continuidade do debate, com o objetivo de lapidar o modelo do conselho e ampliar a adesão de participantes, especialmente produtores.

Cenário

O fato é que alguma iniciativa de reorganização da citricultura precisava ser feita, e a SRB não se absteve desta, que, aliás, é uma de suas missões: mediar em favor do agro brasileiro, colocando em primeiro plano o produtor rural.

Como sabemos, a realidade da citricultura não é das melhores. Nas últimas seis safras, as exportações de suco de laranja caíram 17%, mas a produção cresceu 46%. Nos últimos oito anos, o consumo caiu 7%. Nos Estados Unidos, a demanda desabou aproximadamente 29%. No mundo, as importações de sucos de diversas outras frutas dobraram nos últimos quatro anos. E, além disso, o suco de laranja enfrenta forte concorrência de outras bebidas, como águas aromatizadas, isotônicos e energéticos. Do ponto de vista positivo, há a perspectiva de estímulo ao consumo no mercado doméstico, principalmente entre os jovens.

Diante de um quadro preocupante como esse, somente uma correlação de forças será capaz de dar o primeiro passo para reverter a situação, e é isso que o Consecitrus apregoa.

Democratização

Por outro lado, o que o Consecitrus definitivamente não apoia é o silêncio, a falta de diálogo e o unilateralismo. Assim, a SRB procurou dar início ao entendimento em busca de uma solução. Contudo, jamais a entidade quis para si o monopólio da representação dos produtores, como assim o fazem outras entidades, que, em ação prejudicial aos citricultores, retiraram-se do conselho. Na análise da SRB, o Consecitrus tem que contar com o maior número de entidades possível (mesmo as que, no momento, renegam a iniciativa), a fim de dar capilaridade à ação. A SRB não quer a exclusividade da representação dos produtores rurais, mas se considera também legítima representante da classe.

A entidade tem cadeira na câmara temática da citricultura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, desde seu início. Participou, desde 2007, de todas as reuniões na Secretaria da Agricultura de São Paulo que discutiram o conselho, e foi no seio do seu departamento de citricultura, lá em 1999, que surgiu a ideia do Consecitrus, por meio de seus diretores Flávio Viegas e Júlio de Queiroz. Se não bastasse isso, os noventa e três anos de história da SRB a credenciam como genuína porta-voz dos produtores rurais.

Convém lembrar que, no início, o Consecana – modelo que inspira o Consecitrus – só tinha três associações, contando atualmente com mais de trinta. O nosso desejo é que o mesmo (ou mais) aconteça com o Conselho da laranja, uma das cadeias produtivas mais relevantes do agro brasileiro. ■

*Produtor rural e presidente da Sociedade Rural Brasileira

Opinião

Balanço de 2012 e perspectivas para 2013



Mônika Bergamaschi*

2012 – quando a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo completou 120 anos – foi marcado por um conjunto de ações do governo estadual no sentido de simplificar, incluir, desonerar e incentivar o setor, o que contribui para a manutenção da competitividade nos âmbitos nacional e internacional.

Também foram significativos os investimentos na modernização de laboratórios e equipamentos e na revitalização de unidades de pesquisa. Centenas de eventos propiciaram o contato do setor com as modernas tecnologias e aproximaram a população da realidade do campo.

A regulamentação do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social promoverá a compra de produtos diretamente da agricultura familiar. Mais renda para os produtores e produtos frescos para os consumidores.

Novas linhas de crédito foram criadas no Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP). O limite de enquadramento da renda agropecuária do produtor foi ampliado, as garantias, flexibilizadas e reduzidas, e o limite de financiamento aumentou. Duas linhas com juro zero estão disponíveis: Programas Pró-Trator II e Pró-Implemento. Foi instituído o Projeto de Financiamento do Custeio Agropecuário Atrelado a Contrato de Opção para milho, soja, café e boi gordo, que oferece proteção de preços para que não haja surpresas no momento da realização da safra.

Ações conjuntas à Pasta do Meio Ambiente trouxeram agilidade e simplificaram os procedimentos para licenciamento. Entre elas, a declaração de conformidade ambiental, o Protocolo Agroambiental do Setor Florestal e o Via Rápida Ambiental Aquicultura.

Uma marca forte de 2012 foi a parceria com os diversos segmentos do setor produtivo no atendimento das demandas e na orientação dos trabalhos de pesquisa, defesa, desenvolvimento e extensão. Foi assim com a alteração do vazio sanitário da soja, antecipado em quinze dias, tendo em vista a existência de cultivares precoces e o maior potencial para o milho safrinha.

A Secretaria também manteve vigilância constante na questão da sanidade. A campanha de vacinação contra a aftosa, mais uma vez, atingiu índices próximos a 100%. São Paulo não registra casos da doença há dezesseis anos. As pragas da citricultura, como o *greening* e o cancro, também estão sendo combatidas, conscientizando-se o produtor da necessidade da inspeção dos pomares e a partir de ações diretas. Foi criada uma linha de custeio emergencial para atender os produtores neste momento de crise e prorrogados os prazos de pagamento de financiamentos anteriores. Para incentivar o consumo de suco no mercado interno, a alíquota de ICMS foi reduzida de 18% para 12%.

Com o Programa Melhor Caminho, trechos de estradas rurais estão sendo recuperados em todo o estado, facilitando o escoamento de produtos, o deslocamento de pessoas e a conservação dos recursos naturais.

O Programa Microbacias II – Acesso ao Mercado, parceria com o Banco Mundial, repassou R$ 15 milhões para iniciativas de negócios de associações e cooperativas. Nova chamada foi aberta e os planos estão sendo analisados.

E 2013 começa com novidades. O lançamento da Guia de Trânsito Animal Eletrônica (e-GTA), em dezembro, coloca a pecuária paulista num novo patamar: todo o trâmite pode ser feito pela internet, sem necessidade de deslocamentos, com economia de tempo e dinheiro. Para o estado, é a oportunidade de uma melhor gestão sanitária e de rastreabilidade; em um momento de embargos à carne brasileira, o aumento de confiabilidade é essencial. Esse é o "embrião" do Sistema GEDAVE – Gestão de Defesa Animal e Vegetal –, que, no futuro, unificará todos os cadastros da Defesa Agropecuária. Também foi anunciado, no final do ano, um pacote de obras e reformas, além da entrega de veículos, máquinas e equipamentos.

O estado está fazendo a sua parte, enfrentando as dificuldades, mantendo a liderança e criando condições para que os produtores tenham meios para abastecer o mundo com alimentos, fibras e energia limpa e renovável. ■

*Secretária de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

Máquinas agrícolas

Preços médios de colheitadeiras em dezembro de 2012 (R$/unidade)

COLHEITADEIRAS	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Fergusson	MF 32	310.000	480.000	380.000	385.000
Massey Fergusson	MF 9690	450.000	610.000	555.000	625.000
New Holland	CR 9060	710.000	763.441	750.000	760.000
New Holland	CS 660	445.200	550.000	580.000	620.000
New Holland	TC 5090	400.000	430.108	420.000	480.000
New Holland	TC 5070	330.000	380.000	380.000	410.000
Valtra	BC 6500	513.000	540.000	565.900	600.000
Valtra	BC 7500	544.000	630.000	646.970	700.000
Valtra	BC 4500	304.000	350.000	369.000	380.000
John Deere	1175 HY	321.000	410.000	380.000	498.000
John Deere	9470	450.000	557.000	530.000	493.000

Fonte: Scot Consultoria

Preços médios de tratores em dezembro de 2012 (R$/unidade)

TRATORES	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Fergusson	MF 4292/4	105.000	128.000	118.000	122.000
Massey Fergusson	MF 7140/4	155.000	168.000	145.000	147.000
Massey Fergusson	MF 7370/4	201.000	170.000	215.000	240.000
New Holland	TM 7020	170.000	190.000	150.000	199.000
New Holland	TM 7040	190.000	195.000	192.000	220.000
New Holland	T 745	210.000	244.00	245.000	310.000
Valtra	BM 125-4	117.000	130.000	133.000	140.000
Valtra	BM 185-4	176.000	195.000	194.800	215.000
Valtra	BM 205-4	190.000	205.000	208.900	230.000
John Deere	7210	251.000	302.800	260.000	284.000
John Deere	8335	375.000	683.000	622.000	522.000

Fonte: Scot Consultoria

Preços médios de pulverizadores em dezembro de 2012 (R$/unidade)

MODELO	FABRICANTE	VOLUME E LARGURA DA BARRA	PREÇO
Condorito (barra 3 pontos)	Jacto	400 litros / 9,5 metros	6.300,00
Condor M12 (barra 3 pontos)	Jacto	600 litros / 12 metros	9.600,00
Advanced AM18 (barra carreta)	Jacto	2.000 litros / 18 metros	61.000,00
Advanced AM21 (barra carreta)	Jacto	300 litros / 21 metros	76.100,00
Quero-Quero 600/80 (automotriz)	Agroara	600 litros / 12 metros	370.000,00
Quero-Quero 600/80 (automotriz)	Agroara	600 litros / 14 metros	510.000,00

Fonte: Scot Consultoria

Exemplo de financiamento

Veja um exemplo de financiamento para que o produtor tenha facilidade de decisão.

Considere um agricultor que queira, em dezembro de 2012, comprar um trator da Jonh Deere, modelo 8335, cujo preço é R$ 375.000,00 em São Paulo. O financiamento do bem, para uma entrada de 30% (R$ 112.500,00), é apresentado abaixo, em reais. O prazo de pagamento é de cinco anos e a amortização é semestral, pelo calendário civil (primeira parcela para abril de 2013). A taxa de juros para a modalidade MODERFROTA é de 5,5% a.a. (PAP 2012/2013). No final do financiamento, o produtor terá pagado R$ 414.125,65.

DATA DE VENCIMENTO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	PARCELA
15/04/13	262.500,00	26.250,00	7.113,75	33.363,75	1
15/10/13	236.250,00	26.250,00	6.402,38	32.652,38	2
15/04/14	210.000,00	26.250,00	5.691,00	31.941,00	3
15/10/14	183.750,00	26.250,00	4.979,63	31.229,63	4
15/04/15	157.500,00	26.250,00	4.268,25	30.518,25	5
15/10/15	131.250,00	26.250,00	3.556,88	29.806,88	6
15/04/16	105.000,00	26.250,00	2.845,50	29.095,50	7
15/10/16	78.750,00	26.250,00	2.134,13	28.384,13	8
15/04/17	52.500,00	26.250,00	1.422,75	27.672,75	9
15/10/17	26.250,00	26.250,00	711,38	26.961,38	10
Total		262.500,00	39.125,65	301.625,65	-
Total pago: R$ 112.500,000 (entrada) + R$ 301.625,65 (financiamento) = R$ 414.125,65					

Produção agrícola brasileira

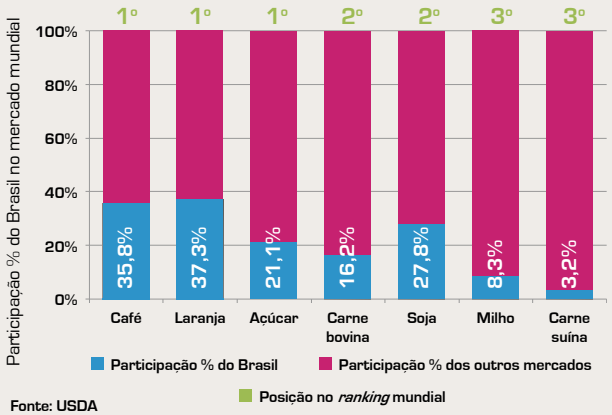
Segundo levantamento da safra de grãos 2012/13 (mil toneladas)

Produção	2008/09	2009/2010	2010/11	2011/12 Previsão (A)	2012/13 Estimativa (B)	Variação (%) B/A
ALGODÃO - CAROÇO	1.890,6	1.843,1	3.228,6	1.393,4	1.002,6	-28,0
AMENDOIM TOTAL	300,6	226,0	226,5	93,9	99,7	6,2
AMENDOIM 1ª SAFRA	246,1	191,9	199,2	82,1	87,9	7,1
AMENDOIM 2ª SAFRA	54,5	34,1	27,3	11,8	11,8	0,0
ARROZ	12.602,5	11.660,9	13.613,1	2.426,7	2.409,8	-0,7
AVEIA	232,2	244,1	379,0	153,0	168,7	10,3
CANOLA	0,0	42,2	69,7	42,4	43,8	3,3
CENTEIO	6,1	4,8	3,2	2,3	2,3	0,0
CEVADA	237,0	201,4	283,9	88,4	101,6	14,9
FEIJÃO TOTAL	3.490,6	3.322,5	3.732,8	3.262,1	3.168,5	-2,9
FEIJÃO 1ª SAFRA	1.344,5	1.463,1	1.680,3	1.241,4	1.147,8	-7,5
FEIJÃO 2ª SAFRA	1.371,6	1.022,8	1.325,1	1.394,6	1.394,6	0,0
FEIJÃO 3ª SAFRA	774,5	836,6	727,4	626,1	626,1	0,0
GIRASSOL	109,4	80,6	83,1	74,5	74,5	0,0
MAMONA	92,5	100,6	141,3	128,2	128,2	0,0
MILHO TOTAL	51.003,9	56.018,0	57.407,0	15.178,1	14.762,6	-2,7
MILHO 1ª SAFRA	33.654,9	34.079,2	34.946,7	7.558,5	7.143,0	-5,5
MILHO 2ª SAFRA	17.349,0	21.938,8	22.460,3	7.619,6	7.619,6	0,0
SOJA	57.165,5	68.688,2	75.324,3	25.042,2	27.241,1	8,8
SORGO	1.934,9	1.624,2	2.314,0	786,9	786,9	0,0
TRIGO	5.884,0	5.026,2	5.881,6	2.166,2	1.895,4	-12,5
TRITICALE	184,7	172,1	114,9	46,9	54,2	15,6
BRASIL	135.134,5	149.254,9	162.803,0	50.885,2	51.939,9	2,1

Fonte: Conab
(A) Dados Preliminares: sujeitos a mudanças (B) Dados Estimados: sujeitos a mudanças

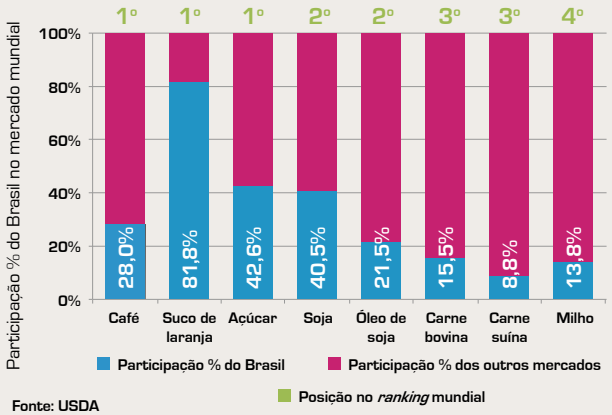
Produção agropecuária brasileira

Posição do Brasil como produtor em relação ao mercado mundial em 2011/12



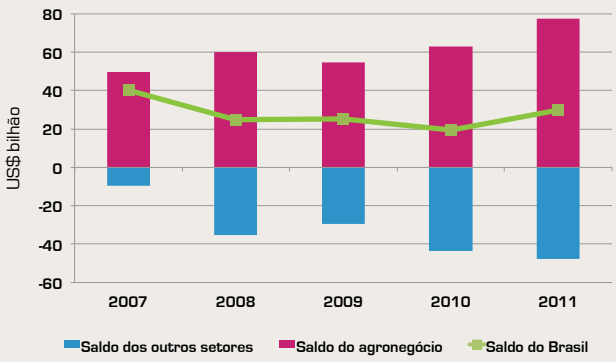
Fonte: USDA

Posição do Brasil como exportador em relação ao mercado mundial em 2011/12



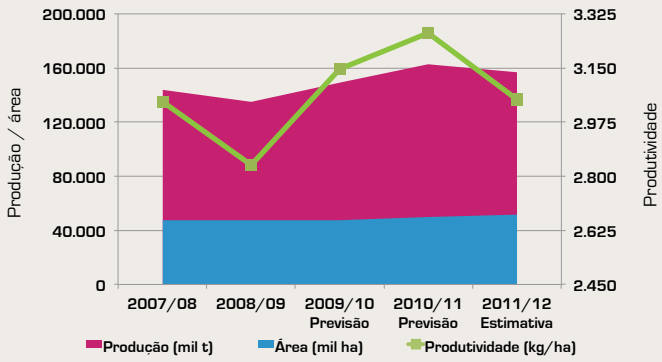
Fonte: USDA

Brasil: evolução do saldo da balança comercial



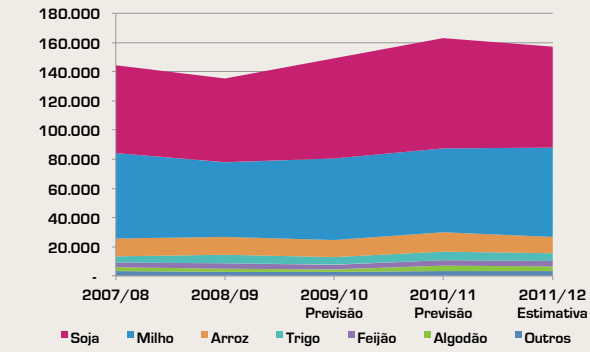
Fonte: Secex

Brasil: área plantada com grãos, produção e produtividade



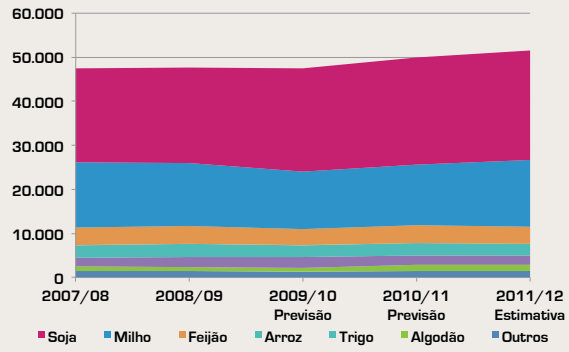
Fonte: Conab

Brasil: produção de grãos, por produto (mil t)



Fonte: Conab

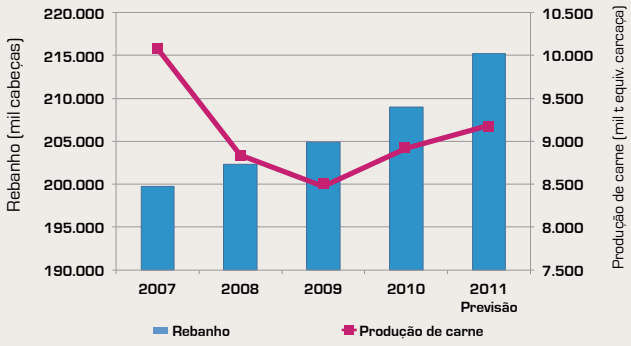
Brasil: área plantada com grãos, por produto (mil ha)



Fonte: Conab

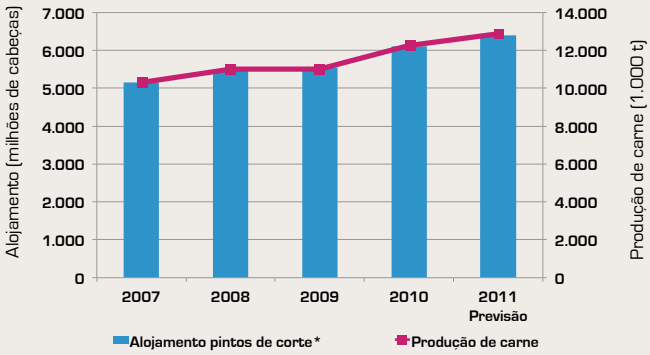
Produção agropecuária brasileira

Brasil: produção de bovinos



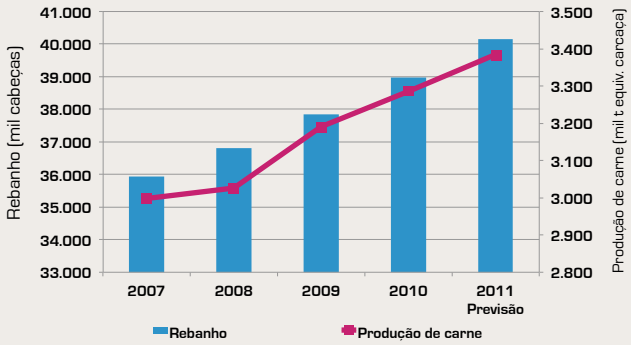
Fonte: IBGE

Brasil: produção de aves



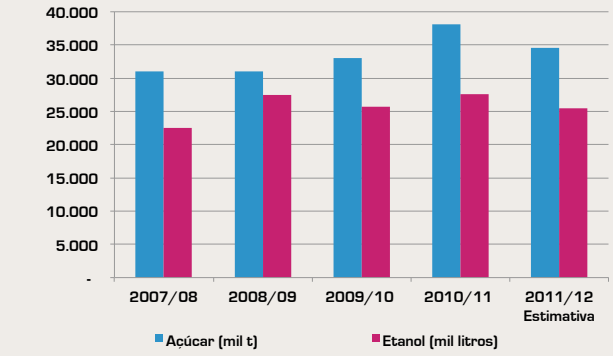
Nota: *O alojamento, e não a produção de pintos de corte, reflete o plantel que irá produzir carne.
Fonte: Associação Brasileira dos Produtores de Pintos de Corte (Apinco)

Brasil: produção de suínos



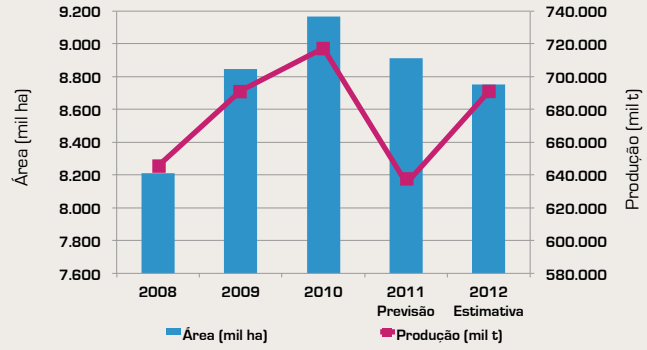
Fontes: IBGE; Abipecs

Brasil: produção de açúcar e etanol



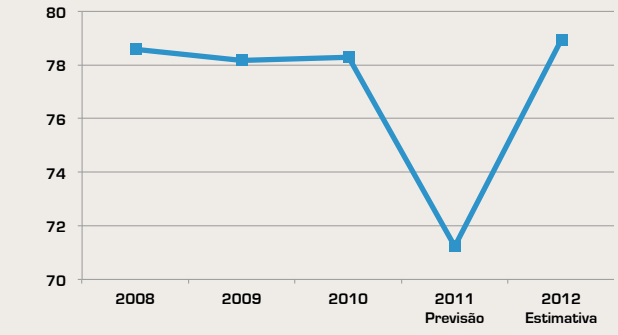
Fontes: UNICA; Conab

Brasil: área e produção de cana-de-açúcar



Fonte: IBGE

Brasil: produtividade da cana-de-açúcar (t/ha)



Fonte: IBGE